

LUZ HELENA TORO DE SANCHEZ

**A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: o histórico da
experiência da UNICAMP**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
1996**

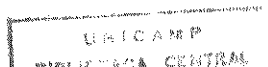
LUZ HELENA TORO DE SANCHEZ

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: o histórico da experiência da UNICAMP.

Dissertação de mestrado apresentada como exigência parcial para obtenção do Grau de Mestre em Educação, na área de Metodologia do Ensino, à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. José Luis Sanfelice.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
1996

9618/36



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	T634e
V. E.	
TOMBO	60/28880
PROC.	667/96
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	30/10/96
N.º CPD	

CM-94194-6

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

T634e

Toro de Sanchez, Luz Helena

A extensão universitária : o histórico da experiência da UNICAMP /
Luz Helena Toro de Sanchez. -- Campinas, SP : [s.n.], 1996.

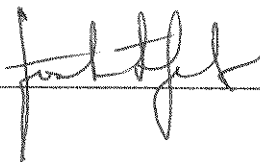
Orientador : José Luis Sanfelice.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de educação.

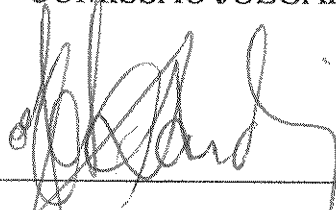
1. Universidade Estadual de Campinas - História. 2. Extensão
universitária. 3. Universidades e faculdades. I. Sanfelice, José
Luis. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Educação. III. Título.

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por LUZ HELENA
TORO DE SANCHEZ e aprovada pela
Comissão Julgadora.

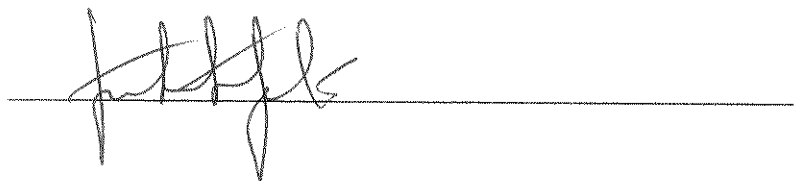
Data: 30/08/96

Assinatura: 

COMISSÃO JULGADORA

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'M. S. S.', written above a horizontal line.

Paula Schwantes Araujo

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'P. S. A.', written above a horizontal line.

**Aos meus pais
Hernando e Elvirita**

AGRADECIMENTOS

A minha família sempre presente.

Ao Professor Dr. José Luis Sanfelice, meu orientador, pelas oportunas e valiosas sugestões que permitiram a elaboração desta pesquisa.

Aos professores Dr. José Claudinei Lombardi e Dr. José Dias Sobrinho pela significativa contribuição para o aprimoramento desta dissertação.

À Professora Maria Aparecida Fonseca de Almeida pela sua generosidade e paciência ao fazer a revisão cuidadosa do texto.

À Professora Dra Lucila Arouca pelo estímulo que me ofereceu.

Aos colegas Edson e Márcia pelo constante incentivo.

Ao CNPq pelo apoio financeiro .

RESUMO

As primeiras universidades surgiram no Século XII na Europa. Até a criação da Universidade de Berlim, o ensino constituiu-se como a função primordial da Universidade. Em 1810, com a nova Universidade Alemã, surgiu a função de pesquisa e na Inglaterra no Século XIX apareceu a função de extensão. A Universidade Brasileira teve sua origem na Década de 20 do presente Século, com a criação das Universidades de Rio de Janeiro (1920), de Minas (1927), de Rio Grande do Sul (1926), de São Paulo (1934) e do distrito Federal (1935), as quais passaram a se reger pelo Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 (Decreto-Lei 19.851). Em 1945, por meio do Decreto-Lei 8.457, facilitou-se a criação de novas universidades, permitindo a sua formação pela aglutinação de escolas Isoladas. A Universidade de Brasília implantada em 1962, surgiu diferentemente como um projeto articulado de universidade. Assim mesmo, a UNICAMP implantada em 1965, um ano após o golpe militar, também obedeceu a um projeto unificado.

A Universidade Brasileira teve como função primeira o ensino. A pesquisa e a extensão, embora constassem no Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931, foram incorporadas nos anos 60. Particularmente a extensão assimilou (assessoria de Rudolph Atcon e acordos MEC-USAID) o modelo norte-americano de extensão entendida como prestação de serviços. A função de extensão foi institucionalizada pela Reforma Universitária de 1968 (Lei 5.540). A UNICAMP desde seu projeto inicial consagrou o ensino a pesquisa e a extensão como suas funções básicas, adiantando-se dessa forma à Reforma de 68.

Na gestão do seu primeiro Reitor, Zeferino Vaz (1966-1977), a extensão foi implantada como prestação de serviços, comprometida com o setor produtivo empresarial e com os programas governamentais de saúde e do “Projeto Rondon”. Posteriormente (no período 1978-85), esses serviços foram ampliados na forma de assessorias aos municípios. A fase de consolidação da terceira função (1986-94) aconteceu com a implantação da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, a Escola de Extensão e com a ampliação dos serviços incluindo os setores da cultura, da educação e os convênios diretos com as prefeituras da região. Entretanto o seus compromissos com os setores empresariais e os programas de governo continuaram sendo prioritários na sua política de extensão. Sugere-se uma discussão em torno da política das relações universidade e sociedade que leve ao fortalecimento de programas que atendam aos interesses dos setores excluídos da sociedade e com maior grau de independência dos programas oficiais do governo.

RESUMEN

La presente investigación analiza la función de extensión en la Universidad Estatal de Campinas (UNICAMP), São Paulo, Brasil. La universidad brasileña, tuvo como su primera función la enseñanza. La extensión y la investigación aunque aparecían en el Estatuto de las Universidades Brasileñas de 1931, fueron implementadas realmente a partir de los años 60.

La UNICAMP desde su proyecto inicial consagró la enseñanza, la investigación, y la extensión como sus funciones básicas. En la primera gestión (1966-77), la extensión fue implantada como prestación de servicios y comprometida con el sector empresarial y con los programas del gobierno. La consolidación de la tercera función (1986-1994) se dió con la instalación de la Vice-rectoría de Extensión y Asuntos Comunitarios, la Escola de Extensão e con la ampliación de los servicios incluyendo los sectores de la cultura, educación y los convenios directos con las alcaldías de la región. Sin embargo, sus compromisos con el sector empresarial y con los programas de gobierno continuaron siendo prioridades de su política de extensión. Se sugiere un debate sobre la política de las relaciones universidad y sociedad que conduzca al fortalecimiento de programas direccionados hacia los sectores excluidos de la sociedad y que dependan menos de los programas oficiales del gobierno.

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I	09
A Universidade e suas funções	09
1. O desenvolvimento das funções da Universidade	10
2. A Universidade Latino-Americana e a origem de suas funções.	22
3. As funções básicas na Universidade Brasileira	27
CAPÍTULO II	55
A Região de Campinas e o desenvolvimento da UNICAMP	55
1. Contexto regional	55
2. A UNICAMP: uma universidade para o desenvolvimento regional	64
3. As relações universidade e sociedade	88
CAPÍTULO III	100
A extensão Universitária: a experiência de um compromisso	100
1. A extensão Universitária no Brasil	100
2. A criação dos serviços de extensão na UNICAMP	105
3. A extensão em desenvolvimento	112
4. A consolidação da terceira função	117
5. Compromissos e descompromissos	127
CONCLUSÕES	137
BIBLIOGRAFIA E FONTES	142
ANEXOS	150

LISTA DE ANEXOS

- 1. UNICAMP: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE UNIDADES
ACADÊMICAS**
- 2. EVOLUÇÃO DA ÁREA CONSTRUÍDA DA UNICAMP**
- 3. PERFIL DA EVOLUÇÃO DO CORPO DOCENTE**
- 4. PERFIL DA EVOLUÇÃO DA GRADUAÇÃO 1966-1991**
- 5. PERFIL DA EVOLUÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO
1970-1991**
- 6. EVOLUÇÃO DAS PRODUÇÕES**
- 7. QUADRO DE PUBLICAÇÕES E ATIVIDADES**
- 8. PERFIL DA EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE EXTENSÃO**
- 9. QUADRO DA EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE EXTENSÃO NAS
UNIDADES ACADÊMICAS**
- 10. NÚCLEOS E CENTROS INTERDISCIPLINARES**

LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
APRA	Aliança Popular Revolucionária Americana
CADI	Comissão de Atividades Interdisciplinares
CAISM	Centro de Assistência Integral à Mulher
CAPES	Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPF	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CBPF	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CENP	Comissão Estadual de Normas Pedagógicas
CENTAU	Centro de Estudos em Administração Universitária
CEPAGRI	Centro de Ensino e Pesquisa em Agricultura
CEQ	Centro de Excelência em Qualidade
CESIT	Centro de Estudos Sindicais do Trabalho
Cesop	Centro de Estudos de Opinião Pública
CFE	Conselho Federal de Educação
CIESP	Centro das Indústrias do estado de São Paulo
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CONEX	Conselho dos Cursos de Extensão
COSUPI	Comissão Supervisora do Plano dos Institutos
CPC	Centros Populares de Cultura
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CPQBA	Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas
CPqD - Telebrás	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás
CQC	Centro de Qualidade e Certificação
CRUTAC	Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária
CTI	Centro Tecnológico para a Informática
CTP	Centro de Tecnologia de Plásticos
ETT	Escritório de Transferências e Tecnologia
FAEP	Fundo de Apoio ao Ensino e à Pesquisa
FAP	Fundo de Apoio à Pesquisa
FE	Faculdade de Educação
FEA	Faculdade de Engenharia de Alimentos

FEAGRI	Faculdade de Engenharia Agrícola
FEC	Faculdade de Engenharia Civil
FEE	Faculdade de Engenharia Elétrica
FEF	Faculdade de Educação Física
FEQ	Faculdade de Engenharia Química
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FME	Faculdade de Engenharia Mecânica
FOP	Faculdade de Odontologia de Piracicaba
FUNCAMP	Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP
GERES	Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior
IA	Instituto de Artes
IB	Instituto de Biologia
IE	Instituto de Economia
IEL	Instituto de Estudos da Linguagem
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IFGW	Instituto de Física “Gleb Wataghin”
IG	Instituto de Geociências
IMECC	Instituto de Matemática, Estatística e Ciências da Computação
INAMPS	Instituto Nacional de Previdência Social
ITA	Instituto Técnico da Aeronáutica
LED	Laboratório de Eletrônica e Dispositivos
Lume	Laboratório Unicamp de Movimento e Expressão
MBE	Movimento de Educação de Base
MGE	Laboratório de Materiais de Grau Eletrônico
MPC	Movimento de Cultura Popular
MUDES	Movimento Universitário de Desenvolvimento Social
NEC	Núcleo de Estudos Constitucionais
NEE	Núcleo de Estudos Estratégicos
NEP	Núcleo de Estudos Psicológicos
NEPAM	Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais
NEPO	Núcleo de Estudos em População
NEPP	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas
Nics	Núcleo Interdisciplinar de Comunicação Sonora
Nied	Núcleo de Informática Aplicada à Educação
Nimec	Núcleo Interdisciplinar para a Melhoria do Ensino da Ciência

NIPE	Núcleo de Interdisciplinar de Planejamento Energético
NPCT	Núcleo de Política Científica e Tecnológica
Nucate	Núcleo de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais
NUDECRI	Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade
OPAS	Organização Panamericana de Saúde
Pagu	Centro de Estudos de Gênero
PUC - SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUCCAMP	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
REPLAN	Refinaria do Planalto - Paulínia
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEPLAN	Secretaria de Indústria e Comércio
SIARQ	Arquivo Central
TELEBRÁS	Telecomunicações do Brasil
TELESP	Telecomunicações de São Paulo
UAP	Universidade Aberta ao Público
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional de Estudantes
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIEMP	Instituto Universidade - Empresa
USAID	United States Agency for International Development
USP	Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

Com a finalidade de desenvolver um estudo sobre a Extensão Universitária, tomamos como fonte de análise a experiência da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP- por ser uma instituição que desde sua implantação considerou a extensão como função básica junto ao ensino e à pesquisa. O estudo propõe uma análise circunstanciada da problemática dessa função básica, guiada pelos seguintes objetivos:

- 1- Recuperar na literatura especializada o surgimento da universidade e suas funções de ensino, pesquisa e extensão. Igualmente, registrar a discussão em torno de suas relações com a sociedade.
- 2- Procurar na documentação oficial da UNICAMP a definição das suas funções básicas e objetivos, identificando, por meio dos registros existentes (plano inicial, regimentos e normas, declarações oficiais dos reitores e relatórios) as formas de implementação dos mesmos.
- 3- De maneira específica, verificar na seqüência dos relatórios da UNICAMP -documento oficial da Reitoria- a evolução institucional e o desenvolvimento dos vários órgãos responsáveis pelas atividades de suas funções básicas.

- 4- No contexto do desenvolvimento institucional, identificar as atividades de extensão e a evolução das políticas e concepções delineadoras dessas atividades .

5. Na seqüência histórica do desenvolvimento da extensão, identificar as tendências e diversas concepções que foram caracterizando a relação universidade e sociedade.

Para a consecussão desses objetivos tomamos como fontes primárias de dados e informações, os relatórios gerais emitidos periodicamente pelos órgãos centrais e as declarações oficiais sobre a extensão.

Os relatórios gerais são documentos encaminhados pelos Reitores ao Governador do Estado, em cumprimento do artigo 34, inciso XIV da Constituição do Estado. Esses relatórios, juntamente com informações de outros órgãos do Estado, servem de base para a elaboração da mensagem que o Governador apresenta anualmente na sessão inaugural da Assembléia Legislativa. Além dos relatórios gerais utilizamos outras fontes explicativas ou complementares das

fontes primárias as quais consideramos como secundárias. Essas fontes referem-se a publicações, dados administrativos, depoimentos, entrevistas publicadas, etc.

Para a efetivação da pesquisa em referência estruturamos o seguinte plano: o primeiro passo da investigação consistiu na localização de todos os relatórios de atividades emitidos pelos diferentes reitores (ver lista de fontes junto com a bibliografia)¹. Nesses relatórios procuramos: destacar as funções de ensino, pesquisa e extensão da UNICAMP; verificar de que maneira a extensão é apresentada em cada documento e qual a sua evolução durante os períodos pelos quais a UNICAMP tem passado. Igualmente, utilizamos como fontes secundárias algumas declarações dos administradores em entrevistas publicadas e outras pesquisas sobre a Universidade.

Uma vez coletado o material, organizamos os documentos na sua seqüência histórica. A seguir procuramos as referências específicas sobre as atividades de extensão. Os documentos foram organizados identificando alguns períodos do desenvolvimento da extensão. Essa periodização corresponde às gestões dos reitores: O primeiro período refere-se à gestão de Zeferino Vaz,

¹ A recuperação desses relatórios exigiu uma prolongada busca nos diferentes arquivos da Universidade. No Arquivo Central (SIARQ), encontramos alguns desses relatórios e os outros no Arquivo Morto da Prefeitura do Campus.

incluindo nele, o relatório da comissão Organizadora da Universidade (1966-1977); o segundo à gestão de Plínio Alves Moraes (1978-1982); o terceiro à gestão de José Aristodemo Pinotti (1982-1986); o quarto à gestão de Paulo Renato Costa Souza (1986-1990); o quinto à gestão de Carlos Vogt (1990-1994). Em função das atividades de extensão separamos três momentos e os identificamos como períodos de implantação, desenvolvimento e consolidação. O primeiro momento vai desde a criação da UNICAMP até o final da gestão de Zeferino Vaz, o segundo integra as gestões de Plínio Moraes e Pinotti e o terceiro corresponde às duas últimas gestões.

Para acompanhar o desenvolvimento das principais atividades de extensão, organizamos as informações por grupos temáticos: a) concepções de extensão; b) relações universidade -setor produtivo; c) serviços de saúde; d) cursos de extensão; e) Projeto Rondon; f) convênios nacionais e internacionais; g) atividades culturais e j) assessorias e relações com as prefeituras.

Algumas dessas atividades foram permanentes durante as diferentes gestões tais como as referidas nos primeiros itens a, b, c, d. O Projeto Rondon aconteceu nas duas primeiras gestões, os convênios com as prefeituras foram

destacados em apenas uma gestão e as atividades culturais ganharam significativo espaço nos relatórios das duas últimas gestões.

Abordar a função de extensão da universidade exige compreendê-la no contexto das condições econômico-políticas e sociais próprias da região e das demandas da sociedade na qual se insere e na qual se justificam seus objetivos. Daí a necessidade de utilizar outros estudos relacionados com o desenvolvimento da região de Campinas, especialmente nas últimas décadas, período no qual a universidade surgiu e se desenvolveu.

Para compreender o sentido da extensão e a importância dos conteúdos apresentados nos relatórios foi preciso articulá-los cuidadosamente e consultar informações paralelas, tais como, registros estatísticos, anuários, depoimentos e entrevistas publicados e outras pesquisas. Ao mesmo tempo, foi preciso realizar uma comparação entre os vários relatórios. Essa articulação permitiu, por exemplo, identificar o sentido e a importância que tinha para as primeiras gestões o Projeto Rondon, ou a ênfase dada aos convênios com os municípios no contexto dos programas de municipalização dos governos Estadual e Nacional.

Em razão disso, as fontes primárias - Relatórios dos Reitores - precisaram ser relidos à luz de outras informações, relacionadas com os contextos regionais e nacionais e com a recuperação de fatores históricos auxiliares na compreensão da problemática sobre o desenvolvimento da função de extensão da Universidade.

Em relação à definição de um critério norteador da seleção dos materiais e das fontes valendo-se dos interesses específicos do pesquisador, Adam Shaf expressa o seguinte:

“No seu trabalho, o historiador não parte dos materiais históricos, das fontes, no sentido mais extenso do termo, com a ajuda dos quais constrói o que chamamos fatos históricos. Construi-os na medida em que seleciona os materiais disponíveis em função de um certo critério de valor, como na medida em que os articula, conferindo-lhes a forma de acontecimentos históricos. Assim, a despeito das aparências e das convicções correntes, os fatos históricos não são um ponto de partida, mas um fim, um resultado. Por conseguinte, não há de espantoso em que os mesmos materiais, semelhantes nisto a uma matéria-prima, a uma substância bruta, sirvam para construções diferentes. E é aí que intervém toda a gama das manifestações do fator subjetivo: desde o saber efetivo do sujeito sobre a sociedade até as determinações sociais mais diversas” (1987, p.307)

Em nosso estudo, a seleção das fontes e a leitura e análise do material coletado pautou-se pela busca das concepções sobre extensão contidas nos

relatórios correspondentes a cada gestão, como também, pelas diversas formas como iam sendo apresentadas as atividades de extensão.

Uma vez realizado o trabalho de documentação, organização dos materiais coletados, articulação dos mesmos em função da problemática abordada, da busca do sentido e da importância outorgada à extensão no contexto da história da Universidade, cuidamos da organização e exposição dos resultados dessa pesquisa, distribuindo-os nas partes relacionadas.

O capítulo primeiro contém uma recuperação histórica do surgimento das funções de ensino, pesquisa e extensão. As funções da Universidade são entendidas no presente trabalho, como formas de inter-relação com a sociedade na qual se insere.

Na seqüência, o capítulo segundo apresenta de forma circunstanciada essa inter-relação universidade e sociedade no contexto específico da Universidade Estadual de Campinas -UNICAMP e da Região de Campinas. Dessa forma, colocamos em primeiro lugar, alguns indicadores do desenvolvimento da Região de Campinas e das necessidades e fatos que

influenciaram a gestação e evolução da Universidade; em segundo lugar, apresentamos dados e informações sobre a criação e desenvolvimento institucional da UNICAMP.

O capítulo terceiro ocupa-se da função de extensão recuperando alguns indicadores da sua evolução no contexto da universidade brasileira. Na seqüência, destacam-se as atividades de extensão, significativas, desenvolvidas na UNICAMP analisando-as em razão dos vários períodos do seu desenvolvimento. Com base nessa análise apresentam-se alguns questionamentos sobre as prioridades e concepções que orientaram tais atividades, com o intuito de contribuir para o debate em torno da relação universidade e sociedade.

Esperamos que esta pesquisa contribua para o conhecimento da UNICAMP, especialmente, por ocasião dos trinta anos da sua intalação. Da mesma forma, desejamos que esses resultados, ultrapassando os limites da experiência dessa universidade, contribuam para a ampliação dos conhecimentos sobre a universidade brasileira.

CAPÍTULO I

A UNIVERSIDADE E SUAS FUNÇÕES

Para melhor compreender a problemática de uma das funções da universidade - a **extensão** - na Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP - objeto desta dissertação - percorremos a historiografia, procurando encontrar algumas manifestações significativas das funções básicas da universidade.

A construção da universidade pautou-se pela definição de suas funções, desde seus primórdios, no Século XII, até os tempos modernos. No presente trabalho, não pretendemos reorganizar a história da universidade, mas apenas reaver alguns eventos que marcaram o desenvolvimento de suas funções básicas, tanto no contexto europeu, quanto latino-americano e, especificamente, brasileiro.

Com esse objetivo, dispusemos, nosso I capítulo, destacando os acontecimentos que propiciaram a origem das universidades com suas funções

de ensino, pesquisa e extensão. Uma vez apresentado o referencial das funções básicas da universidade, colocaremos alguns pontos que ilustram a atual controvérsia em torno da sua articulação no contexto da universidade brasileira.

1. O desenvolvimento das funções da universidade

A universidade assumiu, ao longo de sua história, papéis e funções correspondentes às demandas de um determinado contexto sócio-econômico e cultural.

“Independente de sua estrutura organizacional, a Universidade, antes de mais nada, é parte e fruto de um modelo político-cultural. Condicionada pelo contexto no qual está inserida, seus objetivos estão necessariamente relacionados com os objetivos da sociedade. Apresenta-se sempre como instrumento do sistema global e das diferentes forças que nele atuam”.
(FÁVERO, 1977:11)

A análise das funções deverá, portanto, ser referida aos projetos políticos e culturais propostos pela universidade, os quais se inter-relacionam com os interesses da sociedade na qual se insere.

As primeiras universidades surgiram na Idade Média, no Século XII, como corporações de estudantes, (*Universitas Scholarium*, Bolonha, 1.110) ou como corporações de professores (*Universitas Magistrarum*, Paris, 1.150)¹. Tanto a “*Universitas Scholarium*”, quanto a “*Universitas Magistrarum*” propunham-se o ensino de saberes específicos: do Direito (Bolonha), da Filosofia e Teologia (Paris) e das Ciências Naturais (Oxford).

Apoiadas pelo poder da igreja, essas universidades evoluíram, tornando-se Escolas Episcopais estruturadas em quatro faculdades: Teologia, Direito (Canônico e Civil), Medicina e Faculdade Preparatória de Artes, na qual se desenvolvia o ensino das artes liberais.²

As Escolas Episcopais desenvolveram-se sob o domínio político e ideológico da igreja, à qual interessava o controle do ensino, e especificamente o controle do ensino superior, visto que demonstrava estar ciente das necessidades de ampliar seu poder político perante a sociedade, bem como de aumentar o número de pregadores, de mestres, de bispos, etc.

¹ A corporação era frequentemente chamada *universitas* (VERGER, 1990:27). Tanto a “*Universitas Scholarium*”, quanto a “*Universitas Magistrarum*” foram organizadas em função dos estudos gerais “*Studia Generalia*” ou “*Universitas Studiorum*” decorria daí a denominação simplificada de universidade. (Cf. VERGER, Jacques. *As Universidades na Idade Média*. 1990: 55 e 71; Wanderley, 1983:15).

² Consultar VERGER, 1990:32-33.

“Se o papado insistia assim em afirmar sua jurisdição sobre a universidade e nela ter o monopólio da colação de graus, é que as universidades preenchiam aos seus olhos funções essencialmente religiosas, ao serviço da Igreja”. (VERGER, 1990:72)

As universidades medievais caracterizaram-se pelo seu estilo conservador e elitista, bem como desempenharam importante papel na formação dos aristocratas. Tanto seus professores, quanto seus alunos tinham os mesmos privilégios e imunidades dadas aos clérigos.³

“...Mestres e alunos compreenderam que tinham interesse em permanecer na Igreja para escapar à polícia e à justiça do rei e não se opuseram aos esforços das autoridades eclesiásticas para definir o estudante como um clérigo”. (VERGER, 1990:3)

Na segunda metade do Século XIV, as universidades defrontaram-se com várias contradições, por exemplo, confrontos entre juristas e teólogos, rivalidades entre pequenas e grandes universidades, etc. Essas contradições foram mostrando uma universidade debilitada.

“O afastamento entre o ensino esclerosado da teologia universitária e as exigências reais do sentimento religioso tornara-se grande demais; a autonomia tradicional, oficialmente mantida, desmoronava sob os golpes do Estado; a aristocratização dos meios universitários, o desenvolvimento dos colégios

³ Como as universidades estiveram a serviço da igreja, os Papas criaram dentro delas, a categoria dos clérigos, outorgando-lhes alguns privilégios.

arruinavam os próprios princípios da pedagogia escolástica; o sucesso dos ideais humanistas desacreditava a idéia do professorado como ofício, do saber como trabalho: o divorcio consumava-se entre ciência e ensino”. (VERGER, 1990:72)

A crise da sociedade medieval e da universidade, controlada pela Igreja, alastrou-se durante os Séculos XVI e XVII. Diante da decadência iminente, floresceu a sociedade industrial e a universidade moderna.

A universidade moderna dimanou das mudanças sofridas pela sociedade na Idade Média. Na Europa o sistema feudal legou espaços para o modelo capitalista, após ter contemporizado com vários movimentos: Humanismo Renascentista; Reforma Protestante; difusão da Ciência Experimental; Iluminismo; estabelecimento dos Estados Nacionais; Revolução Industrial e; Revolução Francesa.

A primeira universidade da França moderna (1794) procedeu do revisionismo dos enciclopedistas que idealizavam uma universidade atrelada ao progresso e sustentada pelos princípios do positivismo.⁴

⁴O positivismo é uma doutrina filosófica elaborada na França, por Augusto Comte, em 1830. O positivismo pretende unificar os conhecimentos do mundo “humano” ao “natural” pela aplicação àquele da metodologia desenvolvida pelas ciências naturais: o método “positivo” em oposição ao método “metafísico”.

“A universidade moderna implantou-se em contraposição à antiga: as inclinações nominalmente humanistas daquela foram substituídas por um novo humanismo fundado na ciência e comprometido com a problemática nacional, com a defesa dos direitos humanos, empenhado em absorver e difundir o novo saber científico e tecnológico em que se baseava a revolução industrial”. (RIBEIRO, 1982:52)

As universidades francesas - modernas - criaram-se a partir de um conjunto de escolas superiores isoladas. O núcleo básico foi constituído por Escolas Superiores de Direito, Medicina, Farmácia, Ciências e Letras. Criaram-se, igualmente, a Escola Politécnica e a Escola Normal Superior. Tanto a Escola Politécnica, (funcionando como formadora de quadros técnicos: engenheiros, médicos, juristas) quanto a Escola Normal Superior, (incumbida de difundir a nova cultura científica) foram designadas a fortalecer o Estado Napoleônico.

“Com a criação da universidade imperial por Napoleão, em 1806, surgiu uma ruptura com a concepção tradicional: a universidade tinha a proteção do Estado e era posta a serviço do regime para fortalecer a elite de que se necessitava, perdendo sua autonomia”. (WANDERLEY, 1983:19)

Segundo uma das leis do positivismo: a inteligência é primeiro teológica, depois metafísica e, finalmente, positiva. No primeiro estágio do desenvolvimento das sociedades humanas, teológico, o pensamento recorria à intervenção do sobrenatural para explicar os fenômenos. No segundo, metafísico, certas entidades racionais abstratas, como substância, essência e outras, eram postuladas como princípios exploratórios. No terceiro, positivo, os fatos seriam entendidos na sua realidade empírica e nas conexões fenomênicas.

Na Inglaterra, as universidades medievais de Cambridge e Oxford sofreram algumas reformas em 1860, como consequência da revolução industrial que exigia técnicos para o trabalho. Por outra parte, surgiram as universidades utilitárias (como a Universidade de Londres) com um modelo oposto ao de Cambridge e Oxford e preocupadas com a formação técnico-científica. Essas universidades recrutaram seus estudantes na classe média, para formar médicos, engenheiros, agrônomos, etc. Criaram-se, na época, cursos por correspondência e “cursos sandwich”, (alternavam períodos de estudos e de trabalho nas respectivas especialidades).

A revolução industrial da França e da Inglaterra levou à Alemanha a se tornar dependente. Neste contexto, despontou a universidade alemã moderna, com o objetivo fundamental de propiciar a industrialização do País.

“A Alemanha teve de realizar um esforço intencional para conseguir a renovação tecnológica que os países precocemente industrializados tinham experimentado de modo mais ou menos espontâneo. Nasceu assim, um modelo tardio de desenvolvimento industrial, fruto de um esforço deliberado para eliminar a dependência e estruturar-se como nação autônoma”. (RIBEIRO, 1982:60)

A universidade alemã, como instituição sócio-cultural, possuía, como uma de suas características, um conjunto de papéis e funções, que variaram segundo o tipo de sociedade a que pertencia. Especificamente, como instituição dedicada à ciência, voltada para reelaborar e criar novos conhecimentos, a universidade teve sua origem em Berlim em 1810, com Humboldt.

“ A Universidade de Berlim caracterizou-se, sobretudo, pela descoberta e pela formulação da ciência a ser ensinada, participando das grandes transformações pelas quais passava a Alemanha no início do Século passado”. (FÁVERO, 1977:83)

Essa nova função da universidade alemã pareceu surgir como reação ao modelo francês-napoleônico imposto na Europa, a partir da expansão francesa, após 1789.⁵

A invasão napoleônica a uma parte do território alemão estimulou a idéia de se transferir a Universidade Real de Halle para local não submetido à dominação externa. O governo não somente mudou a sede para Berlim, como,

⁵ Após as primeiras vitórias da revolução Francesa (1789), Napoleão para dar continuação às grandes mudanças decretadas pela a Assembléia Constituinte, empreendeu uma ampla reforma das instituições de ensino.

ergueu ali (1810) uma nova universidade e um novo modelo de ensino superior, com base nas questões discutidas desde 1802, contando com a participação dos renomados filósofos, Hegel, Scheleiermacher e Humbolt.

Humbolt, primeiro reitor da universidade de Berlim, orientou-a sob os princípios do liberalismo, e incorporou-lhe a pesquisa como uma das suas funções básicas.⁶ Em oposição ao modelo napoleônico e sua concepção de “institutos isolados”, defendeu a unidade da ciência como totalidade sistemática do saber diverso, o que na prática concretizou-se na universidade, (entendida esta, como unidade articulada de saberes). O novo modelo correspondeu mais de perto ao desenvolvimento da revolução industrial que se iniciava na Europa.

Estruturalmente, a universidade alemã moderna foi constituída por Escolas de Letras, Ciências, Medicina, Leis, Teologia e Filosofia. Nesse espaço atuaram filósofos e pensadores de grande prestígio como: Hegel, 1810, Goethe, 1818, Max Scheler, 1874, e Max Weber, 1864, os quais lutaram por

⁶Dos cinco filósofos pensadores da Universidade de Berlim, intervieram na própria gestão, além de Humbolt, seu primeiro reitor, Fichte, como diretor da Faculdade de Filosofia e Scheleiermacher, dirigindo a faculdade de Teologia.

uma universidade comprometida com o desenvolvimento do país. Dessa maneira,

“A ciência implantou-se precocemente na universidade alemã, antecipando-se historicamente à industrialização do país. Ao produzir-se esta, encontrou base de sustentação em núcleos de ensino superior capacitados para formar tecnólogos e cientistas que permitiram a criação de uma metalurgia rapidamente desenvolvida para competir com as antigas potências industriais”. (RIBEIRO, 1982:60)

As universidades alemãs implantaram-se em diversas regiões do país, sendo comandadas pela influência da Universidade de Berlim. Algumas das características específicas dessas universidades foram: a liberdade de opção ofertada ao aluno para planejar seus estudos, escolhendo seu currículo e cursando-o em diferentes universidades; a separação das áreas tecnológicas em escolas técnicas, sem o direito de conceder graus universitários (posteriormente estas escolas constituíram-se em universidades técnico-científicas); o desdobramento das principais cátedras em institutos, com orçamentos próprios, sob o comando de catedráticos que tinham a seu cargo os demais docentes.

Ao lado do ensino foi instituída a pesquisa como função da universidade, valorizando a ciência e a investigação.

“No período áureo da universidade alemã, a atividade criadora de investigação sobrepujou qualquer preocupação com o ensino. Isto chegou ao ponto da direção de um instituto ser recusada aos professores mais versados na matéria correspondente, em favor de outros que tivessem revelado maior criatividade científica e cultural”. (RIBEIRO, 1982:63)

Dessa maneira, ergueu-se na Alemanha, uma universidade comprometida com o desenvolvimento e a unificação cultural do país, sendo a primeira universidade a implantar a pesquisa como função estrutural da universidade.

As referências anteriores nos indicaram duas funções básicas da universidade: o ensino e a pesquisa. Uma terceira função - a extensão - surgiu no Século XIX, na Inglaterra, quando a universidade sofreu constante pressão no sentido de estender seus benefícios aos trabalhadores. Com base nisso, a universidade desenvolveu a educação continuada ou educação de adultos⁷

⁷ Ver PAIVA, Vanilda. Extensão universitária em Brasil. Nueva Sociedad. San José, nº15:1-16, s/d.

Por outro lado, no Século XIX, implantaram-se na Europa, (Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica e Itália) as universidades populares, tendo como objetivo levar conhecimentos técnicos ao povo.

A universidade norte-americana formou-se com a herança das universidades inglesas, particularmente das escolas superiores utilitárias implantadas nas províncias britânicas. O Leste Norte-americano organizou-se em comunidades autônomas e igualitárias, preocupadas em criar seu próprio governo, as quais dedicaram-se a implantar escolas.

“Ali surgiram os Colleges Norte-americanos, típicos por seu caráter utilitário e sentido autêntico. A princípio, pouco ambiciosos e amplamente diversificados. (...) Desta forma cresceu um sistema educacional de tipo oposto ao francês e ao alemão”. (RIBEIRO, 1982:65)

Desde 1960, os “colleges” foram separados em dois modelos. O primeiro modelo continuou com a educação prática orientada à agricultura e às artes mecânicas (os Junior Colleges e os Land-Grant Colleges) e o segundo modelo afastado do pragmatismo e priorizando a investigação instituiu um quarto nível de ensino - as escolas de pós-graduação- dedicadas ao saber

acadêmico-humanista e ao novo saber científico. A universidade norte-americana destacou-se, igualmente, pela criação formal da função de extensão.

A extensão na universidade norte-americana, inicialmente, associada à idéia de prestação de serviços, apresentou-se depois diversificada em duas linhas de atuação: a extensão cooperativa e a extensão universitária.

A extensão cooperativa, iniciada em 1914⁸, foi planejada numa ação conjunta do Governo Federal (representado pelo Departamento de Agricultura), do Governo Estadual (através das universidades Land Grant) e dos Governos Municipais (que forneceram infra-estrutura física e pessoal de apoio). Esse modelo de extensão cooperativa foi característico das universidades Land Grant, dedicadas a prestar assistência técnica aos agricultores. Por outra parte, a extensão universitária⁹ implantou-se com a modalidade de educação de adultos. Posteriormente, tornou-se diversificada, oferecendo cursos regulares, conferências e, organizando campus avançados.

⁸ A extensão cooperativa surge em 1914, com a promulgação da Lei Smith Lever. Consolidou as experiências dos Colégios Estaduais de Agricultura que realizaram treinamentos e difusão de pesquisas junto aos agricultores e suas famílias. (Cf. GURGEL, 1986:59)

⁹ A extensão universitária surge a partir de 1885, como educação de adultos, segundo o modelo das universidades inglesas de Oxford e Cambridge. Em 1906, na Universidade de Wisconsin legitima a ação extramuros, na estrutura do ensino superior, como uma ação a favor das classes desfavorecidas que não conseguiam entrar na universidade.

2. A Universidade Latino-Americana e a origem de suas funções.

Na América Latina, a universidade colonial, teve, como preocupação primeira, o exercício da docência, espelhando-se nos moldes universitários de Espanha e Portugal. Posteriormente, as universidades coloniais latino-americanas foram estruturadas sob a influência do modelo “francês-napoleônico-profissionalizante”. Esse modelo prestou sua utilidade na disseminação de escolas autárquicas e profissionais. Entretanto, ficou distante das características do sistema educacional napoleônico, cujo objetivo foi a edificação da França moderna.

“Dentro deste quadro estrutural - caracterizado por um complexo de faculdades e escolas profissionais independentes entre si e por esta feudalização dos campos do saber em cátedras autárquicas - é que a Universidade latino-americana cresceu”. (RIBEIRO, 1982:108)

Na metade do Século XX, as universidades latino-americanas reconheceram o novo modelo alemão, sustentado no ensino e na pesquisa, como funções básicas da universidade. Nessas instituições, a pesquisa começou a se mostrar, com a atividade livre de alguns docentes. A partir de

1960, algumas fundações e organismos internacionais colaboraram com as universidades latino-americanas, outorgando bolsas de estudos, prestando assistência técnica e estabelecendo programas de cooperação. Essa intervenção externa contribuiu para ampliar a formação dos pesquisadores que, posteriormente, colocaram em exercício a nova função da universidade.

A idéia de extensão se manifestou no começo do Século XX, gerada pela postura crítica das universidades de nosso meio, que marcaram a vida política da América Latina.

Foi de particular importância a idéia de “missão social” da universidade, a qual, tendo como propósito familiarizar os alunos com os problemas do seu meio, ofereceu-lhes a oportunidade de devolver em forma de serviços, o privilégio de pertencer a uma universidade sustentada pela comunidade.

“A sutileza en el significado de la misión social llevó al reconocimiento de la extensión como un componente esencial de la Universidad. La extensión ofrecía un antídoto para una universidad que constantemente era criticada de feudal, aristocrática y elitista”. (SUPER, 1993:8)

Mas esta questão da missão social, nem sempre conseguiu se expressar em atividades concretas, não indo além da discussão dos intelectuais. Entretanto,, proporcionou vários eventos significativos a saber: a) a origem das universidades populares no México, 1912, criadas com o objetivo de fomentar e desenvolver a cultura do povo mexicano, especificamente, do sindicato dos trabalhadores; b) a Universidade do Trabalho de Orizaba, (Veracruz) 1918, pensada para treinar operários em áreas como mecânica, cozinha, marcenaria, confecções e jornalismo; c) a Universidade Popular do Peru, 1921, com objetivos políticos diferentes dos mexicanos, pois propunha uma aliança entre intelectuais e operários, visando organizar uma força social de mudança, segundo o ideário de Haya de la Torre, seu primeiro reitor e, fundador da “Aliança Popular Revolucionária Americana”(APRA).¹⁰

Outras manifestações significativas, promotoras das mudanças na universidade latino-americana, verificaram-se com: a) o Primeiro Congresso Internacional de Estudantes Latino-Americanos, realizado em Montevideú, em 1908, onde foi articulada a maior parte das propostas apresentadas na Reforma

¹⁰ Sobre estas questões, consultar Super, 1993.

de Córdoba de 1918,¹¹ a saber: a) a exigência pelo estabelecimento de programas de extensão universitária, feita pelos representantes chilenos; b) a implantação da Universidade popular Mexicana, em 1912, conhecida como o primeiro programa de extensão universitária implantado no México e c) a proposta dos estudantes peruanos de 1911, para que a universidade desenvolvesse um programa de extensão universitária.¹²

Apesar dos vários esforços em prol da idéia de extensão, esta veio a se concretizar somente com o Movimento Reformista de Córdoba, em 1918, movimento que sublinhou, entre algumas das suas propostas, a questão da extensão universitária e a orientação social aos estudantes, para os grandes problemas nacionais.

A historiografia apresenta a perspectiva da extensão universitária latino-americana, iniciada no Uruguai e na Argentina, como vinculada a programas de difusão cultural; ampliação de oportunidades de educação básica

¹¹ Dentre as propostas da Reforma de Córdoba, destacamos as seguintes: Participação de estudantes e egressos na direção da universidade; autonomia universitária; frequência livre às aulas; ajuda social aos estudantes; orientação social dos estudos universitários, abordando os grandes problemas nacionais, etc. (tomado de Cunha, 1989:210)

¹² Consultar Super, 1993.

aos adultos menos favorecidos; desenvolvimento das comunidades rurais e atividades assistenciais.

A influência do movimento de Córdoba difundiu-se pela América Latina, gerando incentivos para a extensão universitária. Além de Buenos Aires, onde os alunos de Direito decidiram abrir cursos de Leis para operários, no México aconteceu, em 1921, o Encontro Geral de Estudantes que acordou a obrigatoriedade de estender à sociedade a cultura recebida na universidade. Esse tipo de comportamento motivou ações na Universidade do México, como as 1850 lições a operários, ofertadas entre 1921 e 1923, precedentes ao estabelecimento do Departamento de Extensão Universitária, em 1924. Este departamento organizou suas atividades em quatro áreas:

“... as lições tradicionais e oficinas para trabalhadores; o serviço social, com ênfase no legal e clínicas e programas médicos; construção de projetos de todo tipo desde sanitários até parques e eventos musicais e artísticos”(PEREZ, 1979:62)

As experiências das universidades populares, com programas de extensão universitária, refletiram uma diversidade de enfoques, concepções e métodos, bem como a necessidade de discussões mais sistemáticas. Alguns

congressos focalizaram essas questões: o Congresso Internacional da Universidade, realizado em Cuba em 1930; o congresso Universitário em Montevideo, 1931; o Segundo Congresso Nacional de Estudantes Universitários de Buenos Aires, em 1932; o Primeiro Congresso Ibero-Americano de Estudantes em México, 1931; a Primeira Convenção de estudantes Universitários Platenses em 1931. Todos esses eventos insistiram na obrigatoriedade da extensão, no compromisso com as massas de operários que não tinham acesso direto à cultura universitária, sugerindo formas de organização e tipo de atividades a desenvolver.

3. As Funções básicas na universidade brasileira

Após a apresentação da trajetória das funções na universidade latino-americana, colocaremos neste tópico, alguns momentos significativos do seu desenvolvimento na universidade brasileira.

Segundo autores como Sterger (1970), Cunha (1980) e Fávero (1980), no Brasil, durante a época da colônia, não foi criada nenhuma universidade. Entretanto, foram criados alguns "Colégios Maiores", como o Colégio dos Jesuítas

da Bahia (1572) com cursos de artes e teologia; o Colégio do Rio de Janeiro (1638); o Colégio de Olinda (1687); o Colégio do Pará (1695). Foi importante, também, o último Curso Superior, fundado pelos jesuítas, em Mariana, em 1753, onde funcionaram os cursos de Filosofia e Teologia.

“Até o Século XVIII, de modo explícito, o governo português procurou impedir a criação de instituições de ensino superior e da imprensa, prevendo que, no futuro, pudessem constituir focos ou instrumentos de libertação dos colonos”. (FÁVERO, 1980:33)

O modelo educativo dos jesuítas atrelava os colégios maiores das colônias aos interesses das metrópoles.

“Na área lusitana, os jesuítas conseguem o controle sobre a universidade de Coimbra que recebe, em todo o império lusitano o monopólio de estudos; o Brasil fica por isto sem universidades próprias. O 'Ratio Studiorum' de Aguaviva (1599), liga os colégios e seminários brasileiros aos estudos gerais de Portugal (Évora e Coimbra); une-os igualmente também à estratégia missionária global, planejada fora de Portugal e fora das Universidades, pela Ordem Jesuítica" (STEGGER, 1970:148).

Em 1759, os jesuítas foram expulsos do reino de Portugal e conseqüentemente do Brasil. De igual maneira, os jesuítas perderam o controle da

Universidade de Coimbra sendo esta reformulada pelo Marquês de Pombal em 1770.¹³

"A reforma da Universidade de Coimbra, de 1770, é a mais conhecida medida de reforma educacional de Pombal. Às suas quatro faculdades maiores, de Teologia, Cânones, Direito e Medicina, foram acrescentadas as de Matemática e de Filosofia, esta última destinada ao ensino das ciências naturais. O conhecimento da natureza, baseado na observação, em vez de deduzido do pensamento dos sábios antigos, transformou-se na principal atividade não só da Faculdade de Filosofia, mas também das de Direito e Medicina. Essa reforma, em Coimbra, 'foi a destruição da velha universidade, com seus colégios eventuais e o seu ensino imobilizado e imobilizante, e a criação da Universidade Moderna, muito mais aberta a toda a luz que vinha dos países de Newton, Descartes, Boerhave- ao mesmo tempo que lucidamente atenta, pela primeira vez, a muitos aspectos da vida nacional'" (CUNHA, 1980:49).

Com o fechamento dos colégios dos jesuítas, os franciscanos estabeleceram, em 1776, um curso superior no colégio Santo Antônio do Rio de Janeiro, organizado conforme a Universidade de Coimbra, já nos moldes da Reforma Pombalina. O curso, fundado pelos franciscanos, preocupou-se com a preparação profissional de sacerdotes para atender às necessidades da expansão

¹³ A reforma da Universidade de Coimbra de 1877 é a mais conhecida medida educacional de Pombal. A respeito, consultar Cunha, 1980:49.

doutrinária da igreja.¹⁴ Com a mesma orientação, em 1789, erguiu-se o Seminário de Olinda, com estatutos próprios da época da ilustração portuguesa.

Em 1808, a sede do poder metropolitano foi transferida para o Brasil, surgindo um Estado Nacional que gerara a necessidade de se modificar o ensino superior herdado da colônia.

"O novo ensino superior nasceu sob o signo do Estado Nacional, dentro ainda dos marcos da dependência cultural aos quais Portugal estava preso."(Cunha, 1980:67)¹⁵

Em 1822, com a independência política do Brasil, o ensino superior, recriado em 1808 e completado no primeiro reinado, foi estruturado em estabelecimentos isolados e acrescentou (1827) apenas dois cursos de Direito: Olinda e São Paulo, atendendo à necessidade de promover a formação dos burocratas de que o Estado precisava.

¹⁴ Segundo Lacambe, (citado por Cunha, 1980) este curso superior era maior que muitas das chamadas universidades, estabelecidas na América espanhola.

¹⁵ Em 1808 o Brasil ficou sendo a sede da monarquia lusa até 1820. Durante este período, passou de Colônia a Reino Unido, o que significava que o Rei de Portugal, seria também Rei do Brasil, não por ser uma Colônia, mas por ser outro Estado. Na volta ao Portugal o Rei João VI, em 1820, exigida pela Revolução Constitucionalista do Porto, não foi acompanhado pelo aparelho do Estado que para cá trouxe. Este permaneceu no Brasil, junto com seu Filho Pedro, quem por conselho paterno acabou tomando para si a coroa, proclamando a independência do Brasil, em 1922, 'antes que algum aventureiro o fizesse' (Cf. Cunha, 1980, p. 70).

A partir da década de 1870, tanto conservadores, quanto liberais e positivistas debatiam a questão da liberdade de ensino e da criação da universidade.

“Ainda em 1882, no Congresso de Educação, o Conselheiro Almeida investiu contra a idéia de se criar a universidade, armado com os seguintes argumentos: a Universidade é uma coisa obsoleta e o Brasil, como país novo, não pode querer voltar atrás para construir a universidade; deve manter suas escolas especiais, porque o ensino tem de entrar na fase de especialização profunda; a velha universidade não pode ser restabelecida” (Cunha, 1980:123).

Em resumo, a universidade, defendida pelos liberais e criticada pelos positivistas, em que pese aos inúmeros projetos para sua criação, não surgiu no Império.

Durante a Primeira República (1889-1930), emergiram novos estabelecimentos de ensino superior, que posteriormente, na década de 30, deram suporte às primeiras universidades¹⁶. Durante esse período, o quantidade de cursos limitou-se a poucas escolas, voltadas para campos específicos do saber (Medicina e correlatos, Engenharia e correlatos, Direito e Agronomia). Estas escolas, concentraram-se em 7 cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto,

¹⁶ A Primeira República compreende o período que vai da proclamação da República, em 1889, até a Revolução de 1930, e também chamado de República Velha ou de República Oligárquica.

Salvador, Recife/Olinda, Cruz das Almas (BA) e Pelotas (RS). Aos poucos, foram se estendendo a outras cidades.

Com a proclamação da República, liberou-se a implantação de instituições de ensino superior em diversos Estados. Em três deles (Amazonas, São Paulo e Paraná) surgiram projetos de universidade, mas essas primeiras tentativas não foram efetivadas¹⁷.

Em 1920 (segundo o previsto no decreto 11530, de 1915), foram reunidas no projeto da Universidade do Rio de Janeiro, a Escola Politécnica, a Escola de Medicina e as Escolas de Direito existentes na capital da República, as quais, aglutinadas, formaram a terceira unidade da nova Universidade.

¹⁷ O primeiro projeto de universidade surgiu em Manaus em 1909, no auge da prosperidade resultante do ciclo da borracha. Seus estatutos aprovados em fevereiro de 1909 organizavam a Escola Livre de Manaus, posteriormente denominada Universidade de Manaus (1913). Em 1926, a Universidade de Manaus se dissolveu, fragmentando-se em três escolas isoladas. O segundo projeto surgido no contexto da Primeira República é a Universidade de São Paulo, a 19 de novembro de 1911, com o objetivo de oferecer ensino de todos os graus. Seu crescimento foi rápido. Já, em 1916, formava uma associação de ensino superior com mais duas instituições: A Academia de Ciências de São Paulo e a Associação Beneficente Universitária, compondo a União Universitária. A Universidade de São Paulo, como um projeto particular, não durou muito tempo, devido ao bloqueio por parte dos setores oficiais que criaram outros institutos paralelos como a Escola de Medicina, Odontologia e Direito. A terceira iniciativa surgiu um mês após a fundação da Universidade de São Paulo, em Curitiba, onde um grupo de funcionários do Estado do Paraná e de profissionais liberais, promoveram, a criação de uma universidade, a maneira de associação civil, usufruindo de autonomia administrativa econômica acadêmica. No entanto, esta iniciativa durou por pouco tempo, pois, a Reforma Carlos Maximiliano (1915) impedia escolas superiores em cidades com menos de 10 mil habitantes, como era o caso de Curitiba. A Universidade do Paraná foi dissolvida nas faculdades isoladas de Direito, Engenharia, e Medicina (reconhecidas em 1920 as duas primeiras e a última em 1922. Essas três faculdades, mais a de filosofia, criada posteriormente, vieram a compor, em 1946, a Universidade do Paraná, federalizada em 1950.

Igualmente, em Minas Gerais (1927), foi organizada outra universidade pela reunião das Faculdades de Engenharia, Direito, Medicina, Odontologia e Farmácia já existentes em Belo Horizonte. No Rio Grande do Sul, também surgiu o projeto de universidade, com base na Escola de Engenharia de Porto Alegre, (fundada em 1896) Esta universidade foi reorganizada em 11 unidades.

Em 1930, a revolução dirigida por Getúlio Vargas instituiu um governo provisório, iniciando uma nova era na história do Brasil¹⁸.

No início da era Vargas, atuaram no Brasil três universidades: a do Rio de Janeiro, criada em 1920; a de Minas Gerais, criada em 1927; e a Escola de Engenharia de Porto Alegre, criada em 1896, esta sem o nome de universidade, mas considerada como tal.

A atuação de Vargas em relação ao ensino superior começou com a nomeação de Francisco Campos como Ministro da Educação, o qual elaborou o Estatuto das Universidades Brasileiras, promulgado em 11 de abril de 1931 e o decreto 19.851, estabelecendo os padrões de organização do ensino superior em todo o País:

¹⁸ Esse governo terminou em 1945, quando Getúlio Vargas foi deposto por um golpe militar.

Art. 5º A constituição de uma universidade brasileira deverá atender às seguintes exigências:

I, congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos de ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e faculdade de Educação, Ciências e Letras..." (Fávero 1980:151)

Este Decreto permaneceu vigente no Brasil por 30 anos.

A promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras, que também, pretendia a modernização do ensino superior, produziu de imediato a reforma da Universidade de Rio de Janeiro¹⁹. O Decreto da reformulação da Universidade de Rio de Janeiro recomendou como principal medida a adoção do regime de tempo integral para todo o corpo docente, tão logo os recursos financeiros o permitissem. Em 1937, dezessete anos depois de criada, foi mais uma vez reformada, denominando-se Universidade do Brasil.

Com a mesma proposta modernizadora, fundou-se a Universidade de São Paulo (USP), em janeiro de 1934. A nova Universidade da comunidade paulista organizou-se pela aglomeração de faculdades isoladas²⁰.

¹⁹ Sobre a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro consultar Fávero, M:1980, p.132.

²⁰ A USP. incorporou as seguintes instituições: " Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, faculdade de Medicina, Escola Veterinária . O Instituto de Educação foi elevado à categoria de escola superior e incorporado como Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais e a Escola de Belas Artes, só vingando a primeira. Diversos

Em abril de 1935, criou-se a Universidade do Distrito Federal, repetindo a organização apresentada pelas anteriores universidades, ou seja, sendo estruturada por instituições já existentes (o Instituto de Educação, as Escolas de Ciências, de Economia e Direito, de Filosofia e Letras, e do Instituto de Artes). Entretanto, no contexto do ensino superior brasileiro, esta Universidade implantou cursos ainda não existentes: de Administração e Orientação Escolares, Auxiliares de Medicina e Técnicas de Laboratório, Diplomacia, Estatística, Serviço Social, Jornalismo e Publicidade, Biblioteconomia, Arquivo e Museus, Cinema, Arquitetura Paisagística.

Com a instituição do denominado Estado Novo (1937) foi mantido o Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, como norma para o ensino superior e controle das cinco universidades existentes na era Vargas: a Universidade do Brasil, a Universidade de Porto Alegre, a Universidade de Minas Gerais²¹, a Universidade de São Paulo, (1934) e as Faculdades Católicas, embrião

institutos técnico-científicos mantidos pelo governo estadual foram ligados à universidade como 'instituições complementares', dentre eles os seguintes: Instituto Biológico, Instituto de Higiene, Instituto Butantã, Instituto Agrônomo de Campinas, Instituto Astronômico e Geofísico, Instituto de Radium, Instituto de Pesquisas Tecnológicas e o Museu de Arqueologia, História e Etnografia" (Cunha, 1980: 239).

²¹ Algumas dessas universidades mudaram de denominação como a Universidade do Rio de Janeiro que passou a se chamar, desde 1937, Universidade do Brasil; a Escola de Engenharia de Porto Alegre, denominada a partir de 1932, Universidade Técnica do Rio Grande do Sul passou a se denominar a partir de 1934, Universidade de Porto Alegre; e a Universidade do Distrito Federal que em 1939 foi absorvida pela Universidade do Brasil

da Universidade Católica, mais tarde, Pontifícia, fundadas no Rio de Janeiro, em 1940.

Em 1945, o ensino superior brasileiro compreendia 5 universidades e 293 estabelecimentos isolados. As universidades formaram-se pela reunião de estabelecimentos isolados, à exceção da Universidade de Porto Alegre (originada pela ampliação da Escola de Engenharia). Até então, a organização do ensino superior regia-se pelo Estatuto das Universidades brasileiras, elaborado por Francisco de Campos, (primeiro Ministro do denominado Estado Novo) e promulgado em 1931, por um decreto do governo provisório.

Outro fato significativo, nesse período, foi a fundação, 1948, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. O prestígio de alguns cientistas concentrados em São Paulo e as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores empregados nos institutos paulistas, em particular no Instituto Butantã, levou alguns cientistas a formar a Sociedade, com o objetivo de difundir a ciência e buscar apoio do Estado e da Sociedade Civil, para promover intercâmbios entre cientistas das diversas especialidades e lutar pela liberdade de pesquisa. (Cf. Cunha, 1983:20)

Durante a República Populista, a organização das novas universidades foi promovida pelo Decreto-Lei nº 8.457, de 26 de dezembro de 1945, baixado pelo presidente provisório José Linhares. Distanciado do Estatuto de 1931, o Novo Estatuto, apresentou maior flexibilidade, no referente à organização das novas universidades, que passaram a ser possíveis valendo-se de uma Faculdade de Filosofia, uma Faculdade de Direito e uma Faculdade de Serviço Social ou Economia, por exemplo, sem a obrigatoriedade de uma Faculdade de Engenharia ou de Medicina. Com estas novas medidas, foi amplamente facilitada a criação de novas universidades.

Isso permitiu a aglutinação de escolas isoladas, caracterizando-se assim, a transformação do ensino superior na República Populista. Nos primeiros 10 anos do período (1954) funcionaram 16 universidades²², das quais, 11 eram mantidas pelo Estado e 5, por instituições confessionais (quatro católicas e uma protestante) e, nos últimos 10 anos do Período Populista (1954-1964), foram criadas mais 21 universidades²³ que, com exceção da universidade de Brasília (UnB),

²² Essas universidades são:- Universidade do Recife, Universidade Rural de Pernambuco, Universidade Católica de Pernambuco, Universidade da Bahia, Universidade de Minas Gerais, Universidade Católica de Minas Gerais, Universidade do Brasil (a partir de 1962, Universidade Federal do Estado de Rio de Janeiro), Universidade do Distrito Federal (a partir de 1962, Universidade do Estado da Guanabara), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Universidade de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Mackenzie, Universidade de Paraná, Universidade do Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul. (Cf. Cunha, 1983, p.95).

²³ Essas universidades são: Universidade do Pará, Universidade do Maranhão, Universidade do Ceará, Universidade do Rio Grande do Norte, Universidade da Paraíba, Universidade de Alagoas, Universidade

obedeceram ao padrão de aglutinação de Faculdades. Dessas, 16 mantidas pelo Estado e cinco por instituições católicas.

A Universidade de Brasília (UnB) foi pensada com base em um projeto articulado²⁴. A criação de uma universidade em Brasília deveu-se, fundamentalmente, a dois tipos de propósitos: em primeiro lugar, manter junto à burocracia governamental uma reserva de assessores altamente qualificados; em segundo lugar, modernizar o ensino superior brasileiro.

A UnB propunha uma organização administrativa pedagógica inovadora, em relação ao modelo de somatória de faculdades isoladas. Essa organização consistia num conjunto de Institutos Centrais (Matemáticas, Física, Química, Biologia, Geociências, Ciências Humanas, Letras, Artes) que oferecia ensino introdutório de dois ou três anos e de Faculdades (de Ciências Políticas e Sociais,

Católica de Salvador, Universidade de juiz de Fora, Universidade do espírito Santo, Universidade Rural do Rio de Janeiro (a partir de 1963, Universidade Rural do Brasil), Universidade Católica de Petrópolis, Universidade Católica de Campinas, Universidade Católica do Paraná, Universidade de Santa Catarina, Universidade Rural do Sul, Universidade de Pelotas, Universidade Católica Sul Riograndense (em Pelotas), Universidade de Santa Maria, Universidade Católica de Goiás, Universidade Federal de Goiás, Universidade de Brasília (Cf. Cunha, 1983, p. 96).

²⁴ Em dezembro de 1961, respondendo à mensagem do Presidente da República, o Congresso Nacional autorizava o executivo a instituir a Universidade de Brasília em regime de fundação de direito público. Em janeiro de 1962, um decreto presidencial veio criar a Fundação Universidade de Brasília, cujos estatutos foram aprovados em fins desse ano. Darcy Ribeiro, coordenador da comissão que elaborou o plano geral da universidade, veio a ser o primeiro reitor da Universidade de Brasília, sendo substituído por Anísio Teixeira em junho de 1963.

de Educação, de Ciências Médicas, de Ciências Agrárias, de Tecnologia de Arquitetura e de Urbanismo) complementares do ensino introdutório. Tanto os Institutos quanto as Faculdades eram compostos por Departamentos que reuniam professores especializados em um mesmo campo do saber. Além do ensino introdutório, os Institutos Centrais ofereciam, também, ensino complementar para a formação de pesquisadores e ensino de pós-graduação.

A Expansão universitária chegou, no final do período populista, em 1964, ao importante número de 39 universidades.

O desenvolvimento e desempenho do ensino superior brasileiro foi pautado por modelos observados ou imaginados nos países ditos civilizados da Europa, o que ocorreu até o fim do Estado Novo (1945). A partir daí, modelos advindos de países desenvolvidos, como os praticados pelas universidades norte-americanas, tornaram-se incontestes em nosso meio universitário, em razão do prestígio conquistado nas áreas tecnológicas, bem como, ao contínuo processo de americanização surgido a partir dos anos 20.

"Durante a república Populista (1945-/64), o ensino superior brasileiro encontrava-se dilacerado por contradições, principalmente pela crise de realização social do seu produto mais valorizado pela sociedade: o profissional diplomado. A expansão das vagas e, conseqüentemente, dos diplomados, levava ao mercado de

trabalho, anualmente, muitos jovens à procura de emprego 'compatível' com os padrões socialmente definidos de poder, de remuneração e de prestígio.... O resultado imediato foi a elevação dos requisitos educacionais, a desvalorização econômica e simbólica dos diplomas, o subemprego e o desemprego. Todo esse processo induzia um movimento estudantil voltado para a reforma do ensino superior, de modo a adequá-lo às 'exigências da sociedade' e, no limite, para a transformação profunda da própria sociedade" (CUNHA, 1988:37).

A crítica ao modelo vigente abriu expectativas em relação à modernização do ensino superior brasileiro, direcionado para o modelo norte-americano. Tal modelo significava, para uns, o desenvolvimento autônomo do país, pela esperada capacidade científica e tecnológica de rompimento com a dependência dos grandes centros do poder econômico mundial²⁵ e, para outros, um vínculo mais arraigado com o desenvolvimento associado ao bloco político-econômico, dirigido pelos EUA.

O golpe militar de março-abril de 1964 encontrou esse clima no ensino superior. O governo, instituído pelos militares, interveio, procurando acelerar a implantação de um projeto longamente amadurecido e assumido pela intelectualidade brasileira e que originou o projeto da Reforma Universitária.

²⁵ Ver Fernandes, F. 1976, Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução.

A Reforma universitária de 1968, como veremos posteriormente, buscou assimilar novas funções para a universidade e definir eixos para o desenvolvimento do ensino superior. Até então, a função predominante, nas universidades brasileiras (salvo algumas exceções, que analisaremos nas próximas páginas), foi a formação profissional.

Com base na Reforma Universitária de 1968, a Pesquisa se afirmou como nova função na universidade brasileira, obedecendo ao processo de modernização e às exigências de desenvolvimento do País. No Brasil, além do modelo de ensino superior "francês-napoleônico profissionalizante"- orientador da criação de várias faculdades isoladas - incorporou-se, também, o modelo alemão de estímulo à pesquisa.

Entretanto, criticando o modelo universitário voltado somente para o ensino, encontramos algumas discussões, em torno da implementação da pesquisa, nas instituições de ensino superior. Entre elas, a apresentada em Belo Horizonte (1928), na II Conferência Nacional de Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação (ABE), durante a qual, o setor de Ensino Superior Universitário colocou a pesquisa como um dos pontos a serem contemplados:

"cada universidade deve se organizar, conforme suas condições peculiares e as da região onde se localiza; assim também os cursos que pretende oferecer e as pesquisas que pretende desenvolver²⁶ (CUNHA, 1980:226).

Como visto anteriormente, a modernização do ensino superior indicou a implantação da pesquisa. No entanto, o primeiro segmento da sociedade a desenvolvê-la foi o Ministério da Aeronáutica, criado durante a segunda guerra mundial, fundindo-se nele a Aviação Militar (do exército) com a Aviação Naval (da marinha).

A Falta da formação de pessoal de alta qualificação em Engenharia Aeronáutica e de um aparato de pesquisa para atender as funções encomendadas ao novo Ministério constituiu-se num dos seus pontos estranguladores. Esses fatos provocaram a implantação de um instituto formador de recursos humanos e técnicos para atender as demandas do Ministério. Assim foi criado o Centro Técnico de Aeronáutica (ITA), com assessoria do Massachusetts Institute of Technology, dos Estados Unidos.

²⁶ O sublinhado é nosso

O ITA começou a funcionar em 1947, no Rio de Janeiro e, em 1950, foi transferido para sua sede atual, em São José dos Campos.²⁷

Várias inovações deram forma ao ITA: a) as referentes à inclusão da pesquisa como atividade integrada ao ensino; b) o Departamento, como organização básica do instituto (congregava professores, auxiliares técnicos e administrativos, bem como recursos materiais para o desenvolvimento de atividades de ensino e de pesquisa), substituiu a cátedra como unidade básica do ensino superior; c) professores e alunos em regime de dedicação exclusiva ao ensino e à pesquisa e; d) estímulo à investigação, através dos cursos de pós-graduação, visando a formação de novos docentes-pesquisadores (diferentemente das características encontradas nas demais escolas superiores das décadas dos anos 40 e 50).

²⁷ "As inovações acadêmicas que deram forma ao ITA foram as seguintes: (I) os professores não ocupavam cátedras vitalícias, ganhas por concursos ou nomeações, mas eram escolhidos pela congregação através do exame dos seus currículos e contratados pela legislação trabalhista, a qual possibilitava seu desligamento se eles não correspondessem às expectativas quanto à capacidade e eficiência; (II) a carreira do magistério se estruturava de modo que o primeiro degrau, o de 'auxiliar de ensino', fosse em geral ocupado por estudantes de pós-graduação e os demais, 'professores assistentes', 'associados' e 'plenos', fossem sendo galgados pelo merecimento comprovado, independentemente da abertura de vagas; (III) a organização era departamental, reunindo professores auxiliares técnicos e administrativos, bem como recursos materiais para as atividades de ensino e pesquisa em um campo profissional ou de assuntos afins, substituindo, assim, a cátedra como unidade básica do ensino superior; (IV) os professores e os estudantes residiam no campo e dedicavam-se exclusivamente ao ensino e à pesquisa; (V) os professores estavam à disposição dos estudantes fora do tempo das aulas, de modo que as dúvidas e temas relacionados podiam ser explorados de modo produtivo; (VI) o currículo era flexível, podendo-se acrescentar ou subtrair disciplinas conforme as necessidades e as disponibilidades de pessoal docente; (VII) as cinco séries do curso estavam divididas em uma parte 'fundamental', de dois anos - onde se estudavam os assuntos comuns a todas as especializações, corrigiam-se os defeitos trazidos do curso secundário e alertavam-se os estudantes para a importância da ciência pura para a engenharia do amanhã - e uma parte 'profissional', de três anos, onde se concentravam as disciplinas que levavam às especializações; (VIII) promoção do autogoverno e da autodisciplina, tornando a 'cola' um expediente raro; (IX) estímulo à investigação e à pesquisa, principalmente nos cursos de pós-graduação, visando formar novos docentes e pesquisadores". (Cunha, 1983, p. 155)

A experiência bem sucedida do ITA, serviu de modelo para a Reforma do Ensino Superior, implantada em 1968. De igual modo, o movimento iniciado por este Instituto, induzindo a uma possível modernização do ensino superior brasileiro, pela implementação da pesquisa, foi retomado na criação da Universidade em Brasília.

Dois anos após a fundação do ITA, em 1949, o Presidente da comissão da Presidência da República para promover a pesquisa científica e tecnológica do País, Almirante Álvaro A. da Mota Silva, encaminhou um anteprojeto para a criação do Conselho Nacional de Pesquisas CNPq, que resultou na lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, visando a promoção da pesquisa científica e tecnológica nuclear no Brasil.

“Os objetivos do CNPq resultaram de uma combinação complexa de promoção da segurança e do desenvolvimento, entendidos ora numa perspectiva autonomista, de rompimento dos laços de dependência, ora numa perspectiva de reforço desses laços, reeditados sob forma modernizada...” (CUNHA, 1989:156)

Essa ambigüidade apresentou-se claramente, no campo da energia nuclear priorizado pelo CNPq, com a criação do Instituto de Energia Atômica, justificado pela necessidade de produção de energia elétrica como condição básica para o desenvolvimento do País, ao mesmo tempo preocupado com sua autonomia, já

que o País recebia fortes pressões dos Estados Unidos que culminaram no fracassado intento de promover a pesquisa científica e tecnológica nuclear.

O CNPq passou, então, a promover a pesquisa em ciências exatas e biológicas, outorgando bolsas de estudo no Brasil e no exterior, equipando laboratórios e criando até 1955, cinco institutos de pesquisa especializados: O Instituto de Energia Atômica, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, O Instituto de Matemática Pura e Aplicada, O Instituto de Pesquisas Rodoviárias e o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Esses Institutos supriram as deficiências das universidades, as quais, embora reconhecidas como o lugar próprio onde a pesquisa deveria ser realizada, eram deficientes nesse sentido. O CNPq, além de suprir a necessidade da pesquisa, proclamava abertamente, a urgência de modernizar o ensino superior brasileiro por meio da pesquisa científica e tecnológica.

Em junho de 1951, criou-se a Campanha Nacional (depois Coordenação) do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES, do Ministério de Educação, objetivando outorgar bolsas de estudos no Brasil e no exterior e, posteriormente, assumindo importantes funções no desenvolvimento da Pós-Graduação e da pesquisa no País.

Perante a dificuldade em desenvolver pesquisas nas universidades e em condições inferiores aos pesquisadores paulistas, um grupo de físicos e matemáticos de Rio de Janeiro criou, em 1949, o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), como Instituição privada, sob a liderança intelectual de César Lattes e José Leite Lopes, tendo como objetivo a pesquisa. Em poucos anos, o CBPF tornou-se o principal centro de pesquisas físicas do País e, como 'variante da universidade', recebeu o mandato universitário para conferir graus acadêmicos de pós-graduação.

Na mesma situação encontrava-se o ensino tecnológico, particularmente o ensino de engenharia, voltado, em especial, para a formação do engenheiro civil, com pretensões politécnicas e norteado por um ensino arcaico incompatível com a alta especialização exigida pela crescente industrialização e modos de produção.

Com o objetivo de adaptar o ensino de engenharia à realidade do país, foi criada, no MEC, em 1958, a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI). A COSUPI foi constituída com o fim de realizar convênios com universidades para a instalação de institutos e igualmente com escolas de engenharia, com o intuito de 'aumentar a eficiência do ensino' nelas ministrado. Criticada por criar uma onerosa multiplicação de institutos, ao invés procurar

reforçar os núcleos de investigação já existentes, a COSUPI encerrou suas atividades em 1964, sendo incorporada à CAPES.

Outro evento significativo na implementação da pesquisa na universidades, aconteceu com o processo de expansão da Universidade de São Paulo, com a instalação de uma Faculdade de Medicina, na cidade de Ribeirão Preto, (1948). Em 1951, o conselho Universitário da USP aprovou os planos da nova faculdade, traçados por Zeferino Vaz, professor catedrático da Faculdade de Medicina Veterinária e, em maio de 1952, teve início o funcionamento daquela que veio a ser considerada a mais moderna escola brasileira de medicina. A Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, apesar de ser uma unidade da tradicional Universidade de São Paulo, conseguiu introduzir inovações altamente significativas, graças, entre outras condições, à distância geográfica da capital, ao apoio de numerosas entidades de Ribeirão Preto e à direção de seu primeiro diretor e hábil negociador, Zeferino Vaz. Dentre as principais inovações, destacaram-se: a adoção do regime de tempo integral para todos os professores, reduzindo o número de catedráticos; a integração das atividades de ensino e pesquisa dos diversos departamentos e cátedras.²⁸ -

²⁸ Outras inovações específicas da área da medicina referem-se à redução dos programas e do tempo dedicado à morfologia, aumentando, correlativamente, a ênfase na bioquímica, na fisiologia e na farmacologia; a introdução de disciplinas até então inéditas no ensino médico do país, como medicina preventiva, psicologia médica e medicina do trabalho; a adoção de períodos semestrais para algumas

Outra referência à implantação da pesquisa no ensino superior apresentou-se por ocasião da Reforma Universitária de 1968. O golpe de 1964, dado pela aliança dos liberais autoritários com os militares, deu suporte político ao conselho Federal de Educação para implantar a doutrina da reforma da universidade, por meio dos Decretos-Lei, nº 53/66 e nº 252/67 que determinaram princípios e normas de organização para as universidades federais, e da Lei 5540 de novembro de 1968, conhecida como Lei da Reforma Universitária.

Apesar das diversas resistências que se interpunham à imposição autoritária da reforma de 1968, a organização do ensino superior implantou-se segundo modelo norte-americano. Esse modelo consistia na organização de recursos materiais e humanos agregados, em função das economias de escala, dando origem aos departamentos e ao sistema peculiar de organização curricular de contabilidade por créditos. A organização e a avaliação do ensino superior pautaram-se por critérios de produtividade e segundo, os conceitos da organização racional do trabalho.

disciplinas; a ênfase na atividade prática do ensino, em laboratórios, ambulatórios e hospitais. (Cf. Cunha, 1983, p.167)

A proposta legal da Lei da Reforma Universitária, (5540/68) que defende a relação ensino/pesquisa procurou dar ênfase a sua possibilidade acadêmica no departamento, valendo-se da temática denominada produção e disseminação do conhecimento, contemplada no programa de avaliação da reforma universitária.

Assim, a própria estrutura revelou a vitória do modelo norte-americano sobre os modelos profissionalizante francês e investigativo alemão. Entretanto, o modelo tradicional napoleônico, adotado pela maioria das universidades, não somente no Brasil, mas na América Latina,

"...no facilita la inserción e interacción a ellas, de la función investigativa, por lo qual esta se adhiere como un 'cuerpo extraño', sin mayor interacción con las otras funciones de docencia y extensión".(Casas Armengol, 1987, p. 55).

Os fatos apresentados demonstraram que a história da universidade brasileira caracterizou-se, basicamente, pela dedicação ao ensino e, esporadicamente à pesquisa, embora, em 1968, a Reforma Universitária enfatizara a indissociabilidade entre ensino e pesquisa.

"... No entanto, apesar da reforma pretender converter a pesquisa em atividade principal, na prática o que se constata é que isto não foi efetivado. A pesquisa continua sendo na universidade brasileira atividade secundária e suplementar, enquanto o ensino é desenvolvido como atividade principal" (FÁVERO, 1977:84).

Junto às funções de ensino e da pesquisa, surgiu também na universidade brasileira a função de extensão, tema central do próximo capítulo..

4. A articulação das funções da universidade

O aparecimento de uma terceira função - a extensão - da qual trataremos no próximo capítulo, trouxe novos elementos para discussão em torno da articulação das funções básicas da universidade.

A idéia da articulação das funções apareceu com a implantação da Universidade de Brasília. Criada pela Lei nº3998, de 15 de dezembro de 1961, a Universidade de Brasília surgiu como um projeto orgânico, sendo seus estatutos aprovados pelo Decreto 1872 de 1962. Os objetivos propostos nos estatutos da UnB demonstraram a preocupação dessa Instituição com a formação profissional ou científica da juventude, e insistiram no desenvolvimento da pesquisa original, na formação de quadros de pesquisadores e na prestação de serviços.

“De certo, no modo de entender de educadores e cientistas brasileiros, esta Universidade seria para nós o que esse tipo de instituição era em alguns países: uma resposta à necessidade de renovação do ensino como

forma de integrar nos seus cursos universitários a ciência moderna e a tecnologia. Esse empenho de renovação, no pensar de seus fundadores, seria reforçado por uma contingência feliz: os cientistas brasileiros, descontentes com as Universidades onde atuavam, encontrariam condições de trabalho nesta Universidade, onde se tentou instaurar uma metodologia interdisciplinar". (FÁVERO, 1977:42)

O debate em torno da articulação das funções apresentou-se, também, por ocasião dos trabalhos do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES) em 1968, cujo relatório serviu de base para a Reforma Universitária. O GERES Considerou a pesquisa como "um elemento estranho à tradição do nosso ensino Superior" (MEC, GERES, 1968, p. 9). Tal afirmação gerou reações contrárias de diversas associações de profissionais e cientistas. Entre outras manifestações, está o "Documento-Resposta" produzido por um grupo de estudos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), contestando os conteúdos do relatório. Procurando relacionar estas duas funções, o documento da SBPC propôs considerar a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, como critério básico para o reconhecimento do status universitário dos estabelecimentos de ensino (SBPC, s/d/, p.27).

A questão da articulação entre ensino e pesquisa, tal como estabelecido na Lei da reforma Universitária, sugeriu o exercício dessas duas funções em forma

complementar. Entretanto, não se tem concretizado satisfatoriamente. São poucas as universidades brasileiras que têm uma política global de pesquisa e uma visão clara de sua articulação com o ensino.

Ainda hoje existe uma ênfase quase que absoluta na formação profissional, em detrimento das atividades de pesquisa e de extensão, o que torna a integração entre as funções básicas, bastante problemática.

"As relações entre ensino, pesquisa e extensão não são claras. Por um lado, a extensão não é nem ensino nem pesquisa; por outro lado, ela se confunde com estes quando entendidas em sua dimensão social. O ensino é extensivo em relação à clientela a que se dirige. Também a pesquisa, mesmo quando se destina a um determinado grupo não deixa de ser uma forma de extensão" (FAGUNDES, 1986:156).

A dissensão se apresenta, uma vez que qualquer análise dessas relações exige uma compreensão do contexto histórico, político, administrativo e institucional, em razão de tais funções não se exercerem abstratamente. A análise no interior de cada universidade, concretizada num dado contexto social, econômico e político mais amplo poderá ser um dos caminhos para a compreensão dessas funções da universidade.

"Com efeito, o problema da extensão não está desvinculado da pesquisa e do ensino, uma vez que a

extensão terá maior chance de se realizar na medida em que o ensino e a pesquisa se vinculam cada vez mais às necessidades da sociedade em que a universidade se insere" (Saviani, 1981:63).

No contexto brasileiro e, dadas as condições econômico-sociais da Pós-Reforma de 1968, poucas instituições tinham condições para implantar efetivamente, as funções apontadas pela Lei. Algumas instituições públicas e privadas foram agraciadas com as verbas destinadas à implementação da Reforma. Outras, como UnB e a UNICAMP, já projetavam desde sua origem uma proposta de articulação entre suas principais funções. Nesse sentido, acreditamos que essas universidades tiveram condições privilegiadas para essa articulação. Particularmente, a UNICAMP, implantada na época da reforma e com significativo apoio político do governo, apresentou essas condições favoráveis. Como veremos com maiores detalhes nos próximos capítulos, A UNICAMP foi criada em 1962 (Lei Estadual Nº 7655), visando à assimilação das experiências de articulação da Universidade de Brasília e da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e acatando a diretriz do Decreto-Lei 53/66 (publicada pouco depois do lançamento da primeira pedra fundamental da UNICAMP, 5 de outubro de 1966), que orientou sobre a unificação das funções do ensino e pesquisa para evitar desperdícios de recursos e legislou sobre a criação, em cada universidade, de um órgão deliberativo para coordenar e supervisionar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. De igual maneira, os primeiros passos no seu desenvolvimento foram influenciados pelo espírito da Reforma Universitária (Lei 5540/68) que determinou a indissociabilidade do ensino e da pesquisa. A extensão, entretanto, menos valorizada, também constituiu uns dos pilares da

universidade moderna e, particularmente, da UNICAMP. Nesse sentido, os resultados deste estudo sobre a extensão numa universidade onde desde seu plano diretor aparece como objetivo a extensão e sua articulação com as funções de ensino e pesquisa, poderá oferecer referências para compreender a questão da indissociabilidade entre as funções básicas da universidade.

CAPÍTULO II

A REGIÃO DE CAMPINAS E O DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP

Neste capítulo, tratamos da implantação e desenvolvimento da UNICAMP, enquanto universidade pública, atrelada aos projetos econômicos, sociais e culturais da região de Campinas. Num primeiro momento, situamos a UNICAMP no seu contexto sócio-econômico e cultural, em concordância com o colocado no primeiro capítulo ao tempo que reafirmamos: não nos é possível conhecer uma universidade fora do seu contexto. Por outro lado, a compreensão da sua função de extensão, objeto desta pesquisa, deverá ser feita no quadro das relações da universidade e a sociedade na qual se insere, daí por que da importância da recuperação dos processos de desenvolvimento da região de Campinas e da UNICAMP para podermos localizar a extensão universitária nessa inter-relação.

1. Contexto regional.

As origens de Campinas remontam a meados do Século XVIII. A partir dessa época desenvolveu-se na região uma rudimentar agricultura de subsistência e um pequeno comércio para atender às necessidades de grupos que faziam o trajeto entre Minas, Goiás e Mato Grosso. Os primeiros registros identificaram, em 1775, uma população de 266 pessoas (Recenseamento do Mal. Muller, citado por Matos, 1985)

“O primeiro impulso importante de povoamento ocorreu com a introdução da cana em suas terras (...). Em 1774, havia três engenhos na povoação, tendo esse número subido para 93 em 1836, quando Campinas já era o maior produtor de açúcar de São Paulo.” (Semeghini, 1988:9)

Como consequência do “ciclo do açúcar” veio o crescimento, a melhoria e a diversificação do sistema viário¹, indispensável, na futura substituição dos canaviais pelo importante ciclo do café.

Segundo Matos (1985), em 1840, Campinas era importante centro de dispersão de caminhos, verdadeiro “nó” de comunicações, centralizando a produção agrícola e o transporte da região, e sustentando o tráfego oriundo das regiões de Franca, sul de Minas e Goiás.

A condição de maior centro produtor da atividade açucareira e de núcleo estratégico no sistema de transportes, impulsionou o crescimento populacional de Campinas e a diversificação de sua estrutura social, especialmente a urbana, aumentando, por sua vez, o número de artesãos, o setor de serviços, o comércio e os transportes.

Até o início da década de 50, o plantio do café desenvolveu-se na região próxima a Campinas, substituindo o ciclo da cana de açúcar. A rede viária existente e o sistema de comercialização desenvolvido para o açúcar foram estratégicos nessa substituição. Durante a década ganharam impulso várias

¹ Desde São Paulo criaram-se as ligações com Mato Grosso, usando o rio Tietê e o caminho de Goiás que ligava São Paulo a Jundiá, Campinas, Mogi-Mirim, Casa Branca e Franca. No século XIX criou-se a ligação, Porto Feliz e Itú com Piracicaba. Campinas constituiu-se no centro desse sistema viário regional.

tentativas dos fazendeiros do café de promover a vinda e fixação nas fazendas de imigrantes europeus (portugueses, alemães e suíços), trabalhando em regime de parceria. Essa experiência não se consolidou em razão da coexistência com o regime escravista, em razão das despesas de transporte e instalação dos imigrantes e dos baixos preços do café. No entanto, o regime de parceria deixou importantes marcas na região, especialmente, na substituição de mão-de-obra.

No início de 1860, o Município de Campinas tornou-se o principal produtor de café da Província de São Paulo, mantendo sua importância como centro agrícola. Por outro lado, por constituir um centro urbano, a cidade forneceu às fazendas produtoras de açúcar e café alguns produtos manufaturados. Em 1870, Campinas possuía: várias lojas; (ferramentas, armazéns de secos e molhados, entre outras); fábricas (cerveja, velas, chapéus, licores, etc); hotéis, estabelecimentos de ferreiros, carpinteiros, e marceneiros; tipografia e bacharéis em Direito. Funcionaram, igualmente, na cidade, sete escolas primárias e três secundárias. Nos anos 80 foram fundadas novas companhias de Carris de Ferro (1881), Telefônica (1884), Águas e Esgotos (1887).

“O setor industrial, que se desenvolve em Campinas nos anos 70 e 80, foi estimulado por três ordens de fatores: o dinamismo da base agrícola regional então em acelerado processo de transformação e expansão, a ampliação concomitante do mercado (tanto rural como urbano) para bens de consumo e a implantação ferroviária” (SEMEGHINI, 1988: 42).

A implantação da indústria em Campinas surgiu no meio do processo da diversificação do capital cafeeiro. Foi o momento da construção de ferrovias, da

disseminação das máquinas de beneficiamento do café, do aparecimento das primeiras empresas de serviços públicos, das primeiras manufaturas, dos primeiros bancos, etc. Essas transformações levaram à elevação do excedente, o que proporcionou um extraordinário crescimento, colocando a cidade de Campinas (1886), como “capital agrícola” da província de São Paulo.

“Às suas tradicionais funções comercial e financeira, agora potencializadas com o crescimento da produção, somava-se a ferrovia e a indústria, ao mesmo tempo que a formação de um amplo mercado interno impulsionava de muitas formas os setores urbanos de produção de serviços. É essa dinâmica característica do novo padrão de acumulação que em um certo grau se antecipa em Campinas, em 1886.” (SEMEGHINI, 1988: 54)

Campinas, no final do Século XIX, potencializou sua antiga função do “nó” de transportes, desta vez, por meio do transporte ferroviário. A companhia Paulista estendeu seus trilhos a partir de Campinas - região central do Estado - atingindo Limeira e Rio Claro em 1876, Escalvado em 1881, São Carlos em 1884, e Araraquara em 1885. A Companhia Mogiana, por meio de ramais, chegou a Casa Branca, Ribeirão Preto, São José do Rio Pardo, Pinhal, São João de Boa Vista e Poços de Caldas. A condição de eixo ferroviário consolidou a importância de Campinas (que, no momento, se encontrava em acelerado processo de crescimento da produção cafeeira, da população e da renda), com efeitos positivos sobre o comércio atacadista-varejista e sobre a indústria, aumentando, por sua vez, a demanda de serviços.

Além dos chamados serviços de apoio à produção (como a intermediação financeira e os transportes) a cidade constituiu-se em importante pólo educacional,

de saúde e cultural, centralizando, igualmente, uma série de atividades políticas administrativas e burocráticas, próprias de um centro urbano com grande influência na região. Como apontado por Semeghini, (1988) esse conjunto de atividades deram a Campinas uma função urbana característica explicando seu dinamismo posterior.

Após 1886, houve expansão do plantio em outras regiões da província e do país e Campinas perdeu, então, a primazia de principal município cafeeiro, entrando numa fase de estabilização da produção, a qual se estendeu até final de 1920.

A crise nacional da superprodução somada à crise mundial de 1929 deu início a um novo modelo de acumulação.

“A crise de 1929 e sua recuperação provocariam o deslocamento do eixo dinâmico da acumulação do setor agroexportador para o industrial”(NEGRI, 1988:62)

Entre 1930 e 1956, iniciou-se no País, o período de “substituição de importações” ou de “industrialização restringida”, tornando favorável a expansão industrial. A estrutura viária e a acumulação de capital deixadas pelo empreendimento cafeeiro, propiciaram a instalação de várias indústrias em Campinas e região. O crescimento industrial veio acompanhado de um processo de urbanização que determinou a passagem para uma sociedade primordialmente urbano-industrial.

“Entre 1930 e 1940, as atividades urbanas em Campinas já eram mais relevantes que as rurais. Em 1940, 60,4% da População Economicamente Ativa (PEA) estava inserida em atividades urbanas - 20,2% no setor secundário e 40,2% no terciário -, cabendo ao setor primário 39,6% do total da PEA”. (BAENINGER, 1992:51)

Surgiu, nessa época, na cidade, intensa especulação imobiliária, com a formação de inúmeros loteamentos, localizados, particularmente, na zona sudoeste do município (próximos à via Anhanguera e ao aeroporto de Viracopos). Foi este o começo da chamada "periferia" da cidade, situada próxima dos antigos estabelecimentos industriais (SEMEGHINI, 1988). Além do crescimento imobiliário, aumentou o número de investimentos no município (representado, especialmente, por empresas mecânicas, de material de transporte, de borracha, de papel e de material elétrico e químico) e grandes empresas como a Rhodia e a General Electric. A partir de 1951, outras grandes empresas instalaram-se no município: a Singer e a Duratex (1951), a Pirelli, a IBRAS/CBO e a Hiplex (1953) e a Bosch (1954). Entre 1950 e 1956, houve um crescimento significativo do pessoal empregado e do número de estabelecimentos industriais em Campinas.

A partir da década de 50, o Brasil avançou no processo de industrialização. Nesse período, estabeleceu-se no País uma profunda modificação na estrutura industrial, em favor do setor de bens de produção e no setor de bens duráveis de consumo.

A expansão industrial apresentada entre 1930 e 1955 configurou grandes centros regionais como Campinas. Neste caso, tanto a construção da Via Anhanguera, a disponibilidade de energia elétrica de alta tensão, assim como, a

isenção de impostos e o asfaltamento de estradas secundárias foram fatores importantes na modificação da estrutura industrial.

A partir de 1956, ativou-se um novo padrão de desenvolvimento, caracterizado pela internacionalização da economia.

“Num primeiro momento (1956-64), várias foram as mudanças na economia. No início dessa etapa com o Plano de Metas - 1956- 1961 - houve, com a passagem da industrialização restringida para a industrialização pesada, a implantação de novas empresas pelo Estado e pelo capital internacional” (Baeninger, 1992: 61).

Com essas mudanças na economia, O Estado de São Paulo passou a ser um Estado essencialmente urbano. No período de 1950-1960 a migração atraída pela concentração industrial representou 18,16% do crescimento relativo da população total de Campinas.

“A população de Campinas, em 1960, alcançava 219.303 habitantes, chegando a 375.864 em 1970, o que representava 2,1% da população estadual e 4% da população do Interior. O grau de urbanização do município apresentava muito acima da média estadual: 84,4% contra 62,8%, respectivamente” (Baeninger, 1992: 63).

O Estado de São Paulo participou dos programas para as áreas de bens intermediários e bens de capital, sendo responsável pela configuração de pólos industriais importantes, como os das indústrias bélica e aeronáutica, de informática e de telecomunicações.

Nos anos 70, começou a descentralização da indústria até então concentrada na capital. Em Campinas instalaram-se várias delas, aproveitando as condições favoráveis da cidade, que possuía uma rede urbana de porte, um complexo viário, várias indústrias e a conformação de um mercado de trabalho.

A indústria de Campinas, entre 1960 e 1980, mostrou um crescimento no setor de produtos alimentares, vestuário e têxtil; na fabricação de bens intermediários como indústrias de papel, papelão, couro e borracha e no crescimento da indústria de bens de capital e bens de consumo durável. O desenvolvimento da região, graças à proximidade de São Paulo, atraiu grandes empresas, gerando um forte processo de "interiorização da indústria e transformando a região no terceiro parque industrial do País atrás apenas de região metropolitana de São Paulo e do estado de Rio de Janeiro.

O crescimento do setor metal/mecânico também foi intenso nos municípios próximos de Sumaré, Valinhos, Indaiatuba e Paulínia. Este último município destacou-se, igualmente, pela expansão da Indústria Química com a implantação da REPLAN.

Nos anos 70, a "interiorização da indústria", e a modernização e expansão da Agricultura, somadas ao dinamismo econômico local, gerou um processo de desenvolvimento urbano que levou à metropolização da cidade.

Em geral, registrou-se um aumento da população economicamente ativa em atividades sociais, prestação de serviços e transportes e comunicações. Além desses setores a cidade de Campinas manteve sua função de centro viário,

ferroviário e de comunicações com a abertura de novas rodovias (D.Pedro I e a Bandeirantes) e a presença de grandes empresas dos setores de energia elétrica e telecomunicações (CPFL, Telebrás e Telesp).

Apesar do crescimento econômico, as condições de vida da crescente população deterioraram-se, no que se refere à habitação, educação, saúde, ao crescimento da criminalidade e da violência. Paradoxalmente, essa deterioração da vida urbana acompanhou um dos processos de maior desenvolvimento econômico registrados no País.

“O exame de sua evolução econômica deixa claro um traço fundamental: o acentuado dinamismo, que faz com que a região fosse capaz de transformar sua estrutura produtiva de acordo com os estímulos e processos econômicos característicos de cada um dos diferentes padrões de acumulação que se manifestaram em seu espaço. Nesse sentido, Campinas não se constitui num caso único, sendo, ao contrário, parte integrante do espaço que define, no território paulista, a frente mais avançada do capitalismo brasileiro”. (Semeghini, 1988, p.262).

O desenvolvimento do setor educativo, embora não tenha acompanhado o desenvolvimento econômico da cidade e o crescimento da população, especialmente na demanda de escola pública, expressou o surgimento de instituições que tentaram responder às exigências do desenvolvimento regional. O desenvolvimento populacional, o fluxo migratório e a ampliação na área de serviços tornou imprescindível a criação de novas escolas e pressionou para que se instalassem Escolas Superiores capazes de atender a demanda pela

profissionalização (que até o momento, vinha sendo atendida na capital do Estado, particularmente na USP, criada em 1932 e na PUC-SP, em 1940). Assim, vinculada à PUC-SP, implantou-se a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (junho de 1941) e a Faculdade de Ciências Econômicas (dezembro de 1941). Em junho de 1955 instituiu-se a Universidade Católica de Campinas que, em 1972, recebeu o título de Pontifícia.

O crescimento populacional induziu o desenvolvimento hospitalar e educacional, merecendo destaque as atividades de pesquisa científica ampliadas durante as duas últimas décadas (Instituto Agrônomo de Campinas, PUCCAMP, UNICAMP, Centro Tecnológico de Informática, Centro de Pesquisa da Telebrás, Codetec, etc.) e no Ensino Superior, as universidades que atendiam no final da década de 80, aproximadamente 30.000 alunos de graduação e pós-graduação.

2. UNICAMP: Uma universidade para o desenvolvimento regional.

Como visto anteriormente, desde os anos 30 iniciou-se, no Brasil, um processo de industrialização que avançou progressivamente nas décadas de 40 e 50. A partir daí, o capitalismo brasileiro caracterizou-se pela acumulação e reprodução de capital desde seu parque industrial moderno. Especialmente a partir de 1964, estabeleceu-se uma aliança entre o capital privado nacional, o capital do Estado e o capital estrangeiro. O Brasil recebeu uma parte significativa do capital financeiro internacional.

O País recorreu aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional, do Banco Inter-americano de desenvolvimento, da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento, além de outras instituições públicas e privadas. Instalou-se, igualmente, parte das indústrias provenientes dos países centrais, controladas diretamente pelas empresas multinacionais.

Essa expansão das indústrias desenvolveu, no Brasil, um processo de urbanização acelerado. Surgiram novas cidades e as já existentes tornaram-se metrópoles. Como consequência da urbanização, cresceram os serviços públicos, o sistema de finanças, os serviços de Administração, de Engenharia, etc., desenvolveram-se todos os setores relacionados com a indústria. Nesse contexto, apareceram novas projeções para o setor educacional e de pesquisa e incrementaram-se estudos sobre ciência e tecnologia, o que levou a aumentar a demanda por mais vagas nas universidades em especial nas áreas tecnológicas e administrativas.

“A escolha de Campinas para sede da nova Universidade deveu-se, sobretudo à excepcional localização dessa cidade, servida que é por excelentes rodovias e ferrovias. Ao lugar que, tradicionalmente, ocupa nos fastos da nossa cultura: ao seu progresso e feliz circunstância de ali se encontrar um imóvel - o asilo de Órfãos da Santa Casa de Misericórdia - passível de ser apropriadamente adaptada para o funcionamento dos primeiros cursos universitários. Ainda conforme ao aqui exposto, o articulado anexo prevê também a integração, na Universidade de Campinas, da Faculdade de Medicina criada nessa cidade, como instituto isolado de ensino superior, pela Lei 4.996 de 15 de novembro de 1958.” (Mensagem n. 163 do Governador Carlos A. de Carvalho Pinto à

Assembléia Legislativa do Estado, justificando a Criação da Universidade de Campinas).

Nesse contexto foi criada a Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, pela Lei nº 7655, de 28 de dezembro de 1962, alterada pelas Leis nºs 9715, de 30 de janeiro de 1967, e 10.214, de 10 de setembro de 1968, com sede na Cidade de Campinas- SP. Tratando-se de uma entidade autárquica estadual de regime especial, na forma do artigo 4º da Lei Federal nº 5540, de 28 de novembro de 1968, com autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, regida pelos estatutos, baixados pelo decreto Estadual nº 3467, de 29 de março de 1974 e pela legislação específica vigente.

Embora criada em 1962, sua implantação efetiva foi realizada após a publicação do Decreto nº 45.220, de 09 de setembro de 1965, que criou a Comissão Organizadora da Universidade. Até então, na Universidade, funcionou somente, a Faculdade de Medicina, criada pela Lei nº 4.996, de 25 de novembro de 1963. No entanto, a fase real de sua instalação deu-se, com a autorização dada pelo Conselho Estadual de Educação, pela Resolução nº 46, de 19 de dezembro de 1966, para a instalação e funcionamento dos Institutos de Biologia, Matemática, Física e Química e as Faculdades de Engenharia de Campinas, de Tecnologia de Alimentos, e de Engenharia de Limeira e com a conseqüente extinção da Comissão Organizadora, pelo Decreto nº 47.408, de 21 de dezembro de 1966. Mais tarde, em 1967, por meio da Lei nº 9.715, de 30 de janeiro, foram incorporadas à Universidade, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro e a Faculdade de Odontologia de Piracicaba. A primeira voltou, por vontade própria, à condição de Instituto Isolado de Ensino Superior do Estado, pela Lei

nº10.214 de setembro de 1968, e hoje integra a Universidade "Júlio de Mesquita Filho".

Com os Estatutos promulgados em 1969,² criaram-se os Institutos de Filosofia e Ciências Humanas, a Faculdade de Educação, o Instituto de Estudos da Linguagem, o Instituto de Artes, o Instituto de Geociências e a Faculdade de Agronomia. O Instituto de Matemática e a Faculdade de Medicina passaram a ser designados Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação e Faculdade de Ciências Médicas, respectivamente.

Seguindo as normas fundamentais da estrutura das universidades modernas do modelo norte-americano, a UNICAMP foi pensada como uma universidade de porte médio, com 9 Institutos Centrais, encarregados de ministrar os chamados cursos básicos, e 9 Faculdades, que se ocupam da formação profissional, tendo todas elas como unidade básica, de ensino e pesquisa, o departamento, ao invés das cátedras tradicionais. Os estatutos da UNICAMP, previam os institutos e as faculdades. A diferença estaria em que aos institutos caberia ministrar o ensino do ciclo básico para toda a universidade e às faculdades ministrar o ensino do ciclo profissional da graduação. Hoje em dia esta diferenciação não existe mais. A UNICAMP viu-se, de certa forma, obrigada a se adaptar às exigências da Reforma Universitária, com algum prejuízo das idéias inovadoras que nortearam a sua concepção original, em especial o abandono do projeto dos institutos centrais em favor do esquema do ciclo básico, o que

² O Decreto Estadual nº 52.255, de 30 de junho de 1969, consagrou o projeto de Estatutos da Universidade Estadual de Campinas, elaborado pelo Conselho Diretor da Universidade, e aprovado com emendas, oferecidas pelo Conselho Estadual de Educação.

certamente contribuiu para a não consecução do objetivo fundamental de “alcançar um todo orgânico”.

À maneira de complemento indispensável dessa característica diferencial, a Universidade de Campinas implantou os colégios técnicos correspondentes a seus diferentes cursos superiores. O quadro da próxima página indica as diversas unidades e os anos de criação ou incorporação à estrutura da UNICAMP. A Reitoria centralizou toda a administração dos Institutos, das Faculdades e dos Departamentos, impedindo, (segundo palavras de seu primeiro Reitor, Zeferino Vaz) a desnecessária duplicação de pessoal e material destinado ao mesmo fim.

A criação da UNICAMP contextualizou-se no momento em que o desenvolvimento econômico-social de São Paulo estendia-se ao interior do Estado, com a descentralização da indústria de bens de capital e de bens de consumo duráveis, o que demandou na região, mão-de-obra de nível superior e tornou viável a instalação em Campinas de uma universidade pública para atender essa demanda.

Na criação da UNICAMP foi decisiva a participação do médico Zeferino Vaz, o qual foi nomeado seu primeiro Reitor. A UNICAMP, por sua vez, não sofreu intervenções na época em que todas as universidades foram alvo do governo militar. Isto deveu-se a vários fatores, dentre os quais cita-se a participação de Zeferino Vaz, que impôs uma política de trabalho e produtividade não permitindo que uma ação dos partidos políticos dentro da universidade pudesse chamar a atenção dos militares; por outro lado, o fato de esta universidade ter sido implantada em sua totalidade no final da década de 60 colaborou para que

os estudantes e professores não tivessem tempo de se organizar numa época em que a maioria das universidades foram expurgadas; igualmente, a escolha para seu funcionamento numa cidade do interior que não representava nenhum perigo para a segurança nacional. Essas condições ajudaram ao crescimento da universidade, que pôde trabalhar de forma tranqüila sem o temor da repressão. Aqui vieram intelectuais de alto nível, (dentre os quais, alguns professores que se encontravam no exílio), atraídos pelo ambiente favorável de trabalho e pelo incentivo à pesquisa conforme a proposta dos Estatutos da Universidade.

Quadro 01.

Progressão da criação das Faculdades e dos Institutos da UNICAMP.

Institutos / Faculdades	Ano de criação ou incorporação (Registro/relatório)
Faculdade de Medicina (Campinas) ³	1958 (incorp. 1962)
Faculdade de Odontologia (Piracicaba)	1967
Faculdade de Engenharia Mecânica	1966
Faculdade de Engenharia Elétrica	1966
Faculdade de Engenharia Civil (Limeira)	1966
Faculdade de Engenharia e Tec. de Alimentos	1966
Faculdade de Educação Física	1984 (Rel 84)
Faculdade de Educação	1969
Faculdade de Engenharia Agrícola	1969
Instituto de Física	1966
Instituto de Biologia	1966
Instituto de Química	1966
Instituto de Matemática ⁴	1966
Instituto de Fil. e C. Humanas	1969
Instituto de Estudos das Linguagem	1969
Instituto de artes (separado do IEL)	1969
Instituto de geociências	1969
Instituto de Economia	1984 (Rel. 84)
Colégio Técnico de Campinas	1969 (Rel. 69)
Colégio Técnico de Limeira	1969 (Rel. 69)

O desenvolvimento Acadêmico da UNICAMP foi relativamente rápido, como visto no quadro anterior sobre a criação ou incorporação de institutos e faculdades. Uma característica da implantação da UNICAMP, foi a de ter escapado à tradição brasileira de formação de universidades pela somatória de

³ Em 1969 passou a ser denominada de Faculdade de Ciências Médicas.

⁴ Em 1969 passou a se denominar Instituto de Matemática, Estatística e Ciências da Computação.

cursos isolados já existentes. Apesar da gradativa instalação das unidades durante os anos 60 e 70, a UNICAMP obedeceu a um projeto coerente e único. O gráfico sobre a evolução do número de unidades acadêmicas (anexo 01) indica a implantação da maior parte das unidades na gestão de Zeferino Vaz (1966-1978) distribuídas em 5 áreas do conhecimento: exatas, tecnológicas, biomédicas, humanas e artes, variando pouco em 1984 com a criação do Instituto de Economia e em 1985 com os institutos de Artes e a Faculdade de Educação Física.

O texto a seguir sintetiza esse desenvolvimento e explicita sua orientação inicial.

“O projeto de instalação da UNICAMP veio responder à demanda crescente por pessoal qualificado numa região do Brasil - Estado de São Paulo - que, já nos anos 60, tinha cerca de 40% da capacidade industrial do país e 24% de sua população ativa. Até então o sistema de ensino superior estava voltado para a formação de profissionais liberais solicitados pelo processo de urbanização, como advogados, médicos e engenheiros civis. Necessitava-se de uma universidade que desse ênfase especial à pesquisa tecnológica e mantivesse desde o início sólida vinculação com o setor de produção. Assim o plano inicial privilegiou os institutos de ciências básicas (física, Química, Matemática), orientando-os para projetos tecnológicos como lasers, comunicações, e computação. Abriu-se espaço, em seguida, para as carreiras da moderna engenharia - Elétrica, Mecânica, de Alimentos, Química e Agrícola. A área biomédica já estava, a esta altura, solidificada com os cursos de Medicina, Biologia e Odontologia, mais tarde acrescida dos de Educação Física. Os anos 70 viram o desenvolvimento da área de humanas (Filosofia, Ciências Políticas, Economia, Linguística, Literatura e, finalmente, nos anos 80, o tripé completou-se com o florescimento de

cursos no campo da arte” (Anuário Estatístico da UNICAMP, 1992, p.3)

O desenvolvimento da UNICAMP exigiu o crescimento da infra-estrutura física. A área construída aumentou de 14.484 m², em 1970, para 130.710 m² em 1980, 412.477 em 1991 e 438.728 m² em 1993. (ver anexo anexo 02 sobre a evolução da área construída e segundo dados do Relatório do Quatriênio, abril 1990 - abril 1994 (P. 13).

O desenvolvimento da UNICAMP, veio se caracterizando pela criação permanente de novos cursos de graduação, desde o curso de Medicina em março de 1963 até os mais recentes cursos noturnos completando-se 44 cursos de graduação. O gráfico e a tabela do anexo 03 indicam-nos alguns períodos de crescimento. Além do primeiro curso de Medicina criado em 1963, os primeiros cursos foram implantados em 1967, ao todo oito deles: Física, Matemática, Química, Engenharia de Alimentos, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Odontologia, e, em 1969, o curso de Estatística subindo para 10 o número de cursos criados nessa década de 60. Na área de Exatas e Tecnológicas foram privilegiados, apenas dois da área Biomédica e nenhum na área das Ciências Humanas.

Na década de 70 foram criados 15 novos cursos: três em 1970: Computação, Ciências Econômicas e Ciências Sociais; dois em 1971: Ciências Biológicas e Linguística; dois em 1973: Engenharia Agrícola e Tecnologia Sanitária; um em 1974: Pedagogia e um em 1975: Engenharia Química. Em 1976 vem uma nova safra com dois cursos de Tecnologia da Construção Civil (Edifícios e Obr. de Solo) e História, Enfermagem, em 1978 e Letras e Música em 1979 completam os 15 cursos criados na década do 70. Desses cursos 6 são da área de Humanas e 1 de Artes; o restante, 60% são das outras áreas já privilegiadas no período anterior.

Entre 1979 e 1985 deu-se um intervalo nesse processo de criações contínuas (parte das gestões de Plínio Alves e José Pinotti). No final da gestão de Pinotti (1985) foram implantados 4 novos cursos (Educação Artística, Educação Física Dança e Artes Cênicas), com predomínio das artes⁵.

Na gestão seguinte de Paulo Renato Souza, foram criados mais 4 cursos com predomínio na área das Exatas: Matemática Aplicada e Computacional

⁵ Nessa gestão foram criados o Instituto de Economia (separado do IFCH), a Faculdade de Educação Física e a Faculdade de Engenharia Agrícola (Separada de Engenharia de Alimentos).

(1987), Licenciatura em Matemática (1988)⁶ e Engenharia de Computação (1990) e o curso de Filosofia (1988)⁷.

Esses cursos foram organizados nas atuais 19 unidades de ensino e de pesquisa: 9 institutos: Artes, Biologia, Economia, Estudos da Linguagem, Filosofia e Ciências Humanas, Física, Geociências, Química e o Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação e 10 faculdades: Ciências Médicas, Educação, Educação Física, Engenharia Agrícola, Engenharia de Alimentos, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química e Odontologia.

Na gestão do Reitor Carlos Vogt, continuaram as mesmas unidades e os mesmos cursos, entretanto foram abertos os novos cursos noturnos de Pedagogia (1991), Engenharia Química, Física, Engenharia Elétrica, Ciência da Computação, Engenharia de Alimentos, Ciências Sociais e Educação Física (1992) e Ciências Biológicas (1993). Nessa gestão não foram criados cursos novos, apenas foram

⁶ O primeiro curso Noturno foi criado em Limeira em 1978 e no Campus de Barão Geraldo foi implantada a Licenciatura em Matemática, em 1988.

⁷ Na gestão de Paulo Renato Souza foram criadas as Faculdades de Engenharia Mecânica e Engenharia Química, até então departamentos da Faculdade de Engenharia de Campinas que foi extinto. O curso de Engenharia Civil, ministrado em Limeira, foi transferido para o campus de Campinas. Na década de 80 implantaram-se 7 cursos que, somados aos 10 criados na década de 60 e aos 15 da década de 70, totalizaram 32 cursos de graduação. De 1990 a 1994 criaram-se 12 novos cursos noturnos chegando a 44 o número de cursos de graduação.

ampliadas as turmas para a jornada noturna: uma reivindicação antiga da população da região. Com essa ampliação, o número de cursos noturnos subiu para 14 e o número de vagas oferecidas no Vestibular aumentou em 525, completando 1990 vagas oferecidas em 1994.

O número de alunos diplomados pela graduação, desde 1965 até 1991 corresponde a 81% do total de diplomados na universidades: 60% bacharéis e licenciados (16.570), 19% técnicos (5280) e 2% tecnólogos (474). O restante 19% correspondeu aos diplomados na pós-graduação. Até dezembro de 1991 a UNICAMP diplomou 4.104 mestres e 1.088 doutores (Anuário Estatístico de 1991:97). Entre 1992 e 1993 esse número aumentou para 24.340 titulados na graduação, 5.207 mestres titulados e 1.552 doutores titulados, somando um total de 6.759 pós-graduandos, distribuídos em 159 cursos, como mostra o quadro da próxima página.

Como constatamos nesses dados, a pós-graduação representa uma parcela significativa do ensino da UNICAMP. Desde 1968 (ano do primeiro relatório), a matrícula de pós-graduação representou 9% (139) do total de alunos matriculados; em 1980 alcançou 26% e em 1990 representou 41% dos alunos matriculados.

Esse índice chegou ao patamar de 45% em 1994, alcançando o maior índice entre as universidades brasileiras.

Quadro 2				
CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO				
1993				
NÍVEL	C. Biológic.	C. Exatas	C. Tecnolog.	C. Humanas. Tot.
<i>Mestrado</i>	27	14	25	19 85
<i>Doutorado</i>	26	9	19	20 74
<i>Total</i>	53	23	44	39 159

(Dados tomados do Relatório do Quatriênio 90-94, pp. 51-55)

Os cursos de pós-graduação, representaram em 1991, 19% do total dos diplomados; em 1993 esse número subiu para 21,7%. Alguns Institutos privilegiaram a pós-graduação. Foi o que aconteceu com o Instituto de Geociências que somente ofereceu o curso de pós-graduação. O Instituto de Física teve em 1993, 50% de seus titulados na pós-graduação; o Instituto de Química, chegou a 40%; a Faculdade de Educação, o Instituto de Biologia e a Faculdade de Engenharia Elétrica tiveram 35% do total de diplomados; A

Faculdade de Engenharia de Alimentos e a Faculdade de Engenharia Agrícola representaram 30% e a Faculdade de Engenharia Mecânica 25%.

Alguns dados sobre o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação são ilustrativos: em 1977, no final da gestão de Zeferino Vaz já existiam 37 mestrados e 17 doutorados nas principais áreas: Biomédicas Exatas e Humanas. No final da gestão do Reitor Pinotti existiam 54 cursos de mestrado e 40 de doutorado. Mas foi a partir de 1986 que a pós-graduação recebeu um maior destaque com a criação massiva de novos cursos e com o credenciamento da maior parte deles.

Na gestão do Reitor Paulo Renato Souza foram implantados 30 novos cursos (19 mestrados e 11 doutorados), incluindo 02 na área das artes, apresentando um aumento de 32% em relação ao existentes em 1989. No final dessa gestão a UNICAMP passou a contar com 73 cursos de mestrado e 51 de doutorado. Durante esse quadriênio foram credenciados 40 cursos, distinguidos com os melhores conceitos da CAPES. “De fato, dentre os cursos de Mestrado avaliados pela CAPES, 70% receberam conceito A, enquanto que dentre os doutorados 73% receberam esse conceito” (Relatório do Quatriênio 86-90: 15). A produção de dissertações e teses também aumentou significativamente. No

período foram defendidas 1.051 dissertações de mestrado e 342 teses de doutorado.

Na gestão do Reitor Vogt foram implantados 12 novos cursos de mestrado e 23 de doutorado, chegando ao número de 85 cursos de mestrado e 74 cursos de doutorado. Nessa fase as 19 unidades da universidade ofereceram mestrado, e, com exceção do Instituto de Artes, todas ofereceram cursos de doutorado. Na avaliação da CAPES “58% dos cursos de mestrado obtiveram conceito A e 39.5% conceito B. Nos cursos de doutorado, 70% obtiveram conceito A e 22% conceito B” (Relatório do quadriênio 90-94: 51). A produção de dissertações e teses registrou um expressivo crescimento:

“Foram defendidas e aprovadas, do início de 1990 ao término de 1993, um total de 2.903 trabalhos, sendo 2108 de mestrado e 795 de doutorado. Esses números correspondem a 42% do total de teses defendidas ao longo de toda a história da pós-graduação da Universidade. O crescimento proporcional mais significativo deu-se no doutorado: a metade do total histórico de teses foi apresentada no quadriênio” (Relatório do quadriênio 90-94: 48).

Os dados anteriores relativos à produção, ao número de alunos e de cursos e à dedicação de professores à pós-graduação são indicativos do grau de consolidação do ensino de pós-graduação na Universidade.

“Um dado revelador é que cerca de 12% dos estudantes brasileiros de mestrado e doutorado e 7% do corpo docente de pós-graduação se concentram atualmente na UNICAMP. Conseqüentemente, aqui são defendidas anualmente em torno de 10% do total de dissertações de mestrado e perto de 25% das teses de doutorado do país” (Relatório do quadriênio 1990-94: 48)

O crescimento constante da matrícula de alunos de graduação e pós-graduação também foi acompanhado da ampliação de seu corpo docente 109 em 1967; 338 em 1970; 1.597 em 1982 ; 2.359, em 1990 e 2.110 em 1993. A partir de 1991 (ver anexo 03) o número de docentes diminuiu em função da política de favorecer a ampliação de professores em regime de dedicação integral à docência e à pesquisa. Por exemplo, em 1989 esse percentual era 83.7% e passou em 1993 para 87.7%. Nas últimas gestões desenvolveu-se também uma política de qualificação docente. Assim, por exemplo, “o percentual de professores doutores, que era de 54,5% no início de 1990, subiu para 62% em 1991, para 65% no ano seguinte e para 69.8% em 1993” (Relatório do quadriênio, Abril 1990 - Abril 1994:19) e finalizou em 1994 com 71%.

É importante destacar a política de recursos humanos orientada desde seu início pelo seu fundador Zeferino Vaz (1965-1977) Essa política pode ser resumida no seguinte trecho do relatório de 1977:

“Quando, em 1965 iniciamos os trabalhos de implantação, ao invés de nos preocuparmos com edifícios monumentais, buscamos dirigir todo o nosso esforço na “busca de talentos”. E, para isso, fomos buscá-los em todo o mundo brasileiros ou estrangeiros, após cuidadosa seleção de cientistas, filósofos, artistas e administradores. Como atração maior oferecíamos um novo ideal de Universidade i.é, uma universidade que atuasse como um só organismo e não como um conglomerado de Faculdades que atuam isoladamente. Oferecia-se, outrossim, total liberdade de criação e garantia de pleno desempenho das funções acadêmicas, de acordo com o real significado da palavra universidade: “unidade na versatilidade ou, ainda, unidade na universalidade dos conhecimentos humanos. Sempre unidade. Um só organismo, com a função de transmitir, gerar e aplicar conhecimentos, perseguindo sempre o objetivo maior e também razão de ser da imprescindível unidade: promoção do bem estar físico, espiritual e social do homem”.(Relatório 1977:2)

Durante as demais gestões priorizou-se a qualificação dos recursos humanos, particularmente as duas últimas gestões desenvolveram programas de titulação do seu quadro docente.

O crescimento quantitativo parece remeter necessariamente a mudanças

relacionadas à estrutura administrativa, à reorganização acadêmica e à articulação de alguns setores de serviços, o que vêm acontecendo de modo especial com a mudança de gestão dos reitores. Na gestão de Zeferino Vaz, a biblioteca, o hospital e o Centro de Tecnologia foram as primeiras unidades de serviço (relatório de 1969), que aumentam para 5 em 1976, incluindo o Centro de Computação e o Centro de Estudos em Administração Universitária (CENTAU).

Em 1976 foi criado o Serviço de Apoio ao Estudante (SAE), visando a integração do estudante universitário ao mercado de trabalho (Relatório de 1978: 81). Nesse ano, foi criada também, a Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP (FUNCAMP) “tendo como principal objetivo proporcionar à Universidade os meios necessários à adequada mobilização de seus recursos humanos e materiais, para atendimento de necessidades econômicas, sociais e culturais da comunidade” (Relatório de 1978: 5).

Em 1977 essas unidades de serviço foram ampliadas para 10. Às anteriores unidades somou-se o “Campus avançado de Cruzeiro do Sul (no Acre), a Coordenadoria de Estudo de Problemas Brasileiros, o Centro de Linguística Aplicada, a Assessoria Técnica da Reitoria para Educação Física e Esportes e o Centro Técnico em Administração Empresarial. Em 1978 (gestão de Plínio Moraes) foram criados o Centro de Epistemologia, Lógica e história da Ciência e o Centro de Engenharia Genética. Na Gestão do Reitor Pinotti foram criados 21 Núcleos e Centros Interdisciplinares dedicados “ao estudo e oferecimento de

soluções a problemas concretos da comunidade, através da reunião sob o mesmo tema, de equipes oriundas de diversos departamentos, como exige a crescente complexidade da problemática e dos conhecimentos a ela associados” (Relatório 1984:12) ⁸

Durante a Gestão do Reitor Paulo Renato Souza esses núcleos e Centros interdisciplinares foram avaliados reorganizados, sendo incorporados formalmente à estrutura da universidade. A esses 22 núcleos e centros somou-se o Núcleo de Estudos arqueológicos⁹. Alguns desses núcleos e centros foram incorporados a outras unidades de serviço como os núcleos relacionados com a área da saúde,

⁸Esses Núcleos e Centros interdisciplinares são : 1) Centro de Controle de Intoxicações; 2) Centro de Estudos sobre América Latina e Caribe; 3) Núcleo de Comunicação Sonora; 4) Núcleo de Ecologia Humana; 5) Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alimentação; 6) Núcleo de Estudos em Políticas Públicas; 7) Núcleo de Estudos em população; 8) Núcleo de Informática Aplicada à Educação; 9) Núcleo de Informática Biomédica; 10) Núcleo de Integração e Difusão Cultural; 11) Núcleo para a Melhoria do Ensino de Ciências; 12) Núcleo de Política Científica e Tecnológica; Parque Ecológico; Núcleo de Estudos Psicológicos; Núcleo de Energia; 16) Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Saúde; 17) Núcleo de Estudos em Automação Industrial; 18) Centro de Engenharia Biomédica; 19) Centro de Controle de Câncer Ginecológico; Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher; Centro de Pesquisas Agrícolas (Relatório de 1984: 12).

⁹Além do Núcleo de Estudos Arqueológicos foram incorporados os seguintes Núcleos e Centros: 1) Centro de Apoio à Tecnologia de Ensino em Engenharia; 2) Centro de Ensino e Pesquisa em Agricultura; 3) Centro de Memória; 4) Núcleo de desenvolvimento da Criatividade; 5) Núcleo de Estudos em Direito Educacional; 6) Núcleo de Estudos Constitucionais; 7) Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais; 8) Núcleo de energia; 9) Núcleo de Estudos estratégicos; 10) Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação; 11) Núcleo de estudos e Pesquisas em Automação industrial; 12) Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informática; 13) Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas; 14) Núcleo de estudos em População; 15) Núcleo de estudos Psicológicos; 16) Núcleo de estudos Regionais; 17) Núcleo de Integração e Difusão Cultural; 18) Núcleo Interdisciplinar de Comunicação Sonora; 19) Núcleo de informática Aplicada à Educação; 20) Núcleo Interdisciplinar para Melhoria do Ensino da Ciência; 21) Núcleo de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais; 22) Núcleo de Política Científica e Tecnológica. (Relatório do Quatriênio abril 1986-abril 1990: 43)

incorporados ao Hospital de Clínicas, o Parque Ecológico incorporado à Prefeitura da Cidade Universitária. Outros Centros ganharam maior autonomia como Centro de Engenharia Biomédica, o Centro de Ensino e Pesquisa em Agricultura e o Centro de Informações e Difusão Cultural que juntamente com o sistema de bibliotecas, com a editora, o Centro de Computação, a Diretoria Acadêmica, Secretaria Geral, Procuradoria Geral e as assessorias de Imprensa, de Relações Internacionais e de Apoio a Eventos formaram parte das unidades de prestação de Serviços de Apoio Técnico e Acadêmico. Integraram também essa área de serviços o Centro de manutenção de equipamentos, a Coordenadoria de Serviços Sociais, o Serviço de Apoio ao estudante, o Escritório de Ex-Alunos, o Programa de Moradia Estudantil, o Programa de Ensino Supletivo e o Programa de Atendimento às Crianças.

Além dos 23 núcleos e Centros interdisciplinares voltados à pesquisa, foram criados, na gestão de Paulo Renato Souza, o Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP), mais tarde transformado no Fundo de Apoio ao Ensino e à Pesquisa (FAEP) na gestão de Carlos Vogt. Também foram implantados durante essa gestão o Centro de Estudos de Petróleo em convênio com a Petrobrás, o Centro de Biologia Molecular e Engenharia Genética e o Centro de Estudos Sindicais do

Trabalho (CESIT) sendo adquirido também o Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas (CPQBA).

Na evolução das unidades de serviços, a gestão de Carlos Vogt consolidou o Centro de Ensino de Línguas, criado em 1986 e fixado em construção própria em 1990, anexo ao Instituto de Estudos da Linguagem. Os Núcleos e Centros Interdisciplinares sofreram uma nova reestruturação ficando reduzidos a 20¹⁰. É importante anotar a relativa proliferação e variabilidade desses núcleos e centros interdisciplinares o que tem motivado constantes avaliações e reformulações. Eles foram criados dentro da perspectiva de inovação institucional e como elementos chaves do processo

“...destinado a criar instrumentos e canais de revitalização dos processos de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços à comunidade. Antecipando-se, de certa maneira, às preocupações do Governo e de outras universidades, quando já se fala de “reformular a Reforma”, a UNICAMP já coloca em prática dois pontos fundamentais das discussões sobre o Ensino Superior do País: a multidisciplinaridade e o estreitamento das ligações

¹⁰Esses Núcleos e Centros são: 1) Centro de Ensino e Pesquisa em Agricultura (Cepagri); 2) Centro de Memória; 3) Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade (Nudecri); 4) Núcleo de Estudos Constitucionais(NEC); 5) Núcleo de estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam); 6) Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético (Nipe); 7) Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE); 8) Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (Nepa); 9) Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informática Biomédica (NIB); 10) Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas (NEPP); 11) Núcleo de estudos em População (Nepo); 12) Núcleo de Estudos Psicológicos (NEP); 13) Núcleo Interdisciplinar de Comunicação Sonora (Nics); 14) Núcleo de Informática Aplicada à Educação (Nied); 15) Núcleo Interdisciplinar para a Melhoria do Ensino da Ciência (Nimec); 16) Núcleo de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais (Nucate); 17) Núcleo de Política Científica e Tecnológica (NPCT); 18) Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop); 19) Laboratório Unicamp de Movimento e Expressão (Lume); 20) Centro de Estudos de Gênero “Pagu”.

com o meio ambiente e a comunidade onde está inserida a instituição” (Relatório de 1983: 6).

Os primeiros Centros criados em 1982, segundo o Reitor Pinotti, referindo-se aos convênios assinados através deles, constituíram-se em “verdadeiras pontes lançadas entre a UNICAMP e os organismos regionais de Saúde, Educação e Agricultura” e deram um retorno financeiro de 70% (Relatório de 1983:6)

Desde sua criação na gestão do Reitor Pinotti (1982-85) alertava-se para a avaliação da política de criação de Núcleos e Centros Interdisciplinares. Na gestão de Paulo Renato Souza (1986-1990) foi considerada a fase anterior como “experimental” e realizada uma avaliação sistemática desses órgãos, feita pela Comissão de Atividades Interdisciplinares (CADI) e tendo como resultado a extinção, re-alocação ou fusão e a criação de um outro núcleo (Estudos Arqueológicos). Na gestão do Reitor Vogt considerou-se também a gestão anterior como fase “experimental”, os centros e núcleos foram avaliados novamente, tendo como resultado a extinção de alguns, reestruturação de outros e criação de novos órgãos (como os Estudos de Opinião Pública, Estudos de Gênero e O Laboratório de Movimento e Expressão), sendo reduzidos a 20. Entretanto, o

relatório destaca a produção do conjunto de núcleos e centros no período de 1990-1994, de 327 pesquisas, 41 livros, 715 textos científicos, 243 cursos de extensão e 830 eventos.

O confronto das listagens e dos números de 21 (Gestão Pinotti), 23 (gestão Souza) e 20 (gestão Vogt) apresenta significativa mobilidade e variação de denominação como podemos conferir na tabela do anexo 11. No total foram criados 32 órgãos e os relatórios indicam um longo período de ‘experimentação’ (12 anos) que foi sendo prorrogado desde 1982 (primeiro ano de “experimentação”) e depois de uma gestão para a seguinte. Esses fatos permitem sugerir estudos específicos sobre esse fenômeno, dada a importância dele como expressão das novas políticas de inovação institucional e de captação de recursos financeiros que tem caracterizado as últimas gestões .

Outras cifras dos principais resultados da produtividade particularmente nas áreas da socialização da pesquisa e das atividades de extensão (ver anexos 06 e 07, Anuário Estatístico de 1992, Págs 101 e 158) são indicadores da evolução da universidade. Destacamos o crescente aumento de projetos de pesquisas, índices

estes registrados nas duas últimas gestões. No período 1986-1990 foram desenvolvidos 3.505 projetos de pesquisas e no seguinte período 6.145.

Destacamos também o crescimento das publicações. Das primeiras 196 publicações e 18 teses de doutorado registradas no primeiro relatório (1968), passou-se a 827 publicações e 248 teses em 1983, 2.135 publicações e 596 teses em 1990 e alcançou-se a cifra de 3.770 publicações e 799 teses em 1993. Outro dado significativo refere-se ao número de eventos científicos e culturais, organizados pelas unidades da universidade. De 40 registrados em 1986, aumentou-se para 1.670 em 1989 e para 2.053 em 1993.

Os cursos de extensão também foram aumentando, do registro de oito em 1981, aumentou para 72 em 1989; 204 em 1991 e 212 em 1993. Outros dados sobre os serviços de extensão serão retomados no próximo capítulo, dedicado à análise dessa função universitária, objeto principal desta pesquisa.

3. As relações universidade e sociedade

Os dados anteriores sobre o desenvolvimento da universidade procuraram informar, embora não exaustivamente, dada as limitações técnicas deste trabalho, a respeito do crescimento institucional, com base nas informações contidas nos relatórios das reitorias e dos anuários estatísticos. Entretanto, nossa maior preocupação refere-se à forma como essa evolução se relaciona com o desenvolvimento regional, buscando os possíveis vínculos entre universidade e sociedade, uma vez que não é possível conhecer uma universidade fora do seu contexto, como afirmamos anteriormente. Particularmente a função de extensão não pode ser compreendida sem levar em conta esse contexto. Assim, procuramos identificar nos relatórios apresentados pelos reitores, algumas expressões significativas que nos indiquem os diferentes pontos de vista em relação a essa problemática.

O relatório da Comissão Organizadora (19/12/66) expressa a determinação de criar a nova universidade atendendo as necessidades prioritárias da região e considerando os cursos de ensino superior que já funcionavam na Universidade Católica de Campinas e que, segundo a avaliação da Comissão Organizadora,

satisfaziam as necessidades da região (Direito, Economia Administração, Ciências Sociais, Matemáticas e Odontologia). Perante o quadro de necessidades da região, assim se expressam os gestores da proposta: “Evidentemente, num país em que tudo são necessidades, haveríamos de estabelecer prioridades em função da demanda imposta por necessidades sócio-econômicas” (pág. 7) Nesse sentido, justifica-se a criação da Escola de Enfermagem já que “Campinas é um grande centro hospitalar sentindo agudamente o problema da falta de enfermeiras qualificadas sem falar das técnicas e das auxiliares de enfermagem” (pág. 7). De igual maneira, a criação da Faculdade de Engenharia foi feita pela pressão das indústrias da região de Campinas.

“No decurso do corrente ano, sobretudo a partir do 2o semestre, tem a Universidade sido instantemente procurada e solicitada por representantes de grandes indústrias ou através de entidades representativas (FIESP - CIESP), para expor e demonstrar a necessidade imperiosa que sentem os grandes e médios industriais de serem iniciados os cursos de Engenharia da Universidade de Campinas... Provaram a carência de engenheiros qualificados sobretudo, para Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica e Eletrônica e Engenharia Química”(pág. 8).

No dia 13/09/66, em reunião da Comissão Organizadora com os representantes de 17 indústrias foram definidas as formas de integração da Universidade e a Indústria com a participação de engenheiros vinculados às

empresas que atuariam como docentes da nova faculdade. Um primeiro compromisso foi a constituição de uma comissão, composta de 7 engenheiros das principais indústrias da região (Clark, Singer, Bendix, Bosch, General Electric e Industria Brasileira de Artefatos de Ferro) que apresentou no dia 20/11/66 o anteprojeto da estrutura didática da Faculdade de Engenharia. O Curso de Engenharia começou no ano seguinte com 40 vagas, aumentando para 120 alunos nos três primeiros anos.

A criação da Faculdade de Tecnologia de Alimentos foi facilitada com a instalação do Centro Tropical de Pesquisas e Tecnologia de Alimentos em Campinas (órgão mantido pelo Governo do Estado) e da FAO (órgão da ONU) a partir do qual foi criada essa Faculdade, sendo a primeira no país e no hemisfério sul. A criação dessa nova Faculdade justificou-se assim:

“O aumento demográfico do mundo, impressionante sobretudo na América Latina, e nas perdas enormes da produção pôr deficiência de industrialização exige que as atenções dos governos se dirijam, cada vez mais, para a produção, industrialização e conservação de alimentos. Dai a enorme importância que hoje se dá a criação de escolas de Tecnologia de Alimentos.

O Brasil principalmente com sua enorme extensão territorial, longas distâncias entre os produtores e consumidores, diferenças de climas e bem conhecidas perdas de sua produção agrícola (calculada em 20%), necessita de Escolas de Tecnologia de Alimentos para

poder estudar os problemas de abastecimento e dar solução conveniente ao da alimentação de sua população, em geral subnutrida e que cresce assustadoramente dia a dia”(pág. 17)

Em função do oferecimento das disciplinas básicas para as Faculdades de Engenharia, Tecnologia de Alimentos e Medicina, também foi criada a Faculdade de Ciências, que seria útil “para prover a premente demanda de professores secundários e para formar especialistas dedicados à pesquisa básica e aplicada nos setores da química, da física, da matemática e da biologia” (pág. 19).

A instalação dos Colégios técnicos obedeceu à mesma filosofia de atender as necessidades de recursos humanos para o desenvolvimento industrial da região: “para o preparo de mão obra técnica especializada de nível elevado (que) veio ao encontro de bem conhecida deficiência de elementos intermediários entre o engenheiro e o operário” (Pág. 21).

Ainda no relatório de 1969 predominou a preocupação em atender as necessidades do desenvolvimento tecnológico. Os objetivos primordiais da Universidade, que pela primeira vez foram enunciados nos documentos oficiais, expressaram assim essas prioridades:

4. A consolidação da terceira função

Em 1986, com a gestão do Reitor Paulo Renato de Souza começou uma nova etapa do desenvolvimento da função de extensão na UNICAMP:

“É legítimo concluir que, durante o quadriênio 1986-1990, pela primeira vez a Unicamp revê uma real política de extensão, não apenas pelo notável volume de eventos realizados mas especialmente pela forma coordenada como estes se deram. Numérica e qualitativamente, as relações da Universidade com a população em geral se intensificaram a ponto de darem à Unicamp, com toda a probabilidade, a condição de instituição universitária que mais interagiu com o meio social, no período”.(Relatório do quadriênio 1986-1990: 113).

Fator importante para o incremento dessa política foi a criação da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, no início do período. No seu contexto ofereceram-se, por exemplo, as centenas de cursos de aperfeiçoamento anualmente proferidos pelos docentes da UNICAMP aos professores da Rede Estadual de Ensino, em convênio com a Secretaria Estadual de Educação.

Durante esse período, os serviços culturais, apenas enunciados nas anteriores gestões, adquiriram destaque como atividades de primeira linha (nos

relatórios de 1988 e do quadriênio 86-90 dedica-se um capítulo à política cultural e de extensão).

Durante o quadriênio 86/90, implantou-se a Escola de Extensão em razão do aumento dos cursos oferecidos pelas unidades de ensino e pesquisa, pela sua potencialidade e rápido desenvolvimento, tendo como modelo outras instituições estrangeiras como a Extension School da Harvard University.

A criação da Escola de Extensão teve como objetivo: ...”organizar, coordenar e apoiar todos os cursos de extensão formulados no âmbito das unidades de ensino e pesquisa, além de ministrar seus próprios cursos” (Relatório do Quatriênio 1986-1990:114).

Junto aos programas culturais da Escola de extensão, 200 eventos foram realizados no campus da UNICAMP no período, a maior parte deles dedicada a discutir criticamente aspectos da realidade brasileira e internacional almejando contribuir para o esclarecimento de questões de máximo interesse público.

“Esse vasto debate quase ininterrupto - sendo a Universidade um fórum permanente de análise da história social - encontrou seu clímax na série de seminários realizada durante os meses de julho de 1988

e abril de 1989, sob o título geral de "Brasil Século XXI".(Relatório do quadriênio 86-90, p. 115)

Nesse período, destacou-se também, o projeto "Universidade Aberta ao Público (UAP) - destinada a trazer para dentro do campus, dois dias por ano, a comunidade em geral. Em 1986, a UAP trouxe 15 mil visitantes, passou para 50 mil no ano seguinte, em 1988 para 80 mil e em 1989 contou com a presença de 100 mil visitantes.

Além da vasta programação de visitas e demonstrações técnicas e científicas, a UAP organizou eventos como a Feira de Ciências, aberta à apresentação de trabalhos de alunos de 2º grau, e concursos culturais variados, objetivando integrar o visitante no clima universitário.

O desenvolvimento e criatividade cultural foi organizado através do Nudecri. Criado para abrigar projetos culturais de natureza diversa, atuou em várias frentes, tais como: o Programa do Artista Residente (Projeto "Aquarela do Brasil); a instalação do "Espaço Cultural Nudecri..."; o Laboratório de Habitação, chegando, no período, a atender vários municípios brasileiros, por meio de convênios de cooperação técnica (Relatório de 1989, p.117); o Observatório a Olho Nu (Aldebaran), criado em abril de 1986, com o objetivo

de desenvolver, numa perspectiva interdisciplinar, técnicas e conhecimentos sobre astros e suas relações com o homem e o meio ambiente, atendendo especialmente o público das escolas das redes de ensino estadual e municipal. O observatório realizou, no período, 83 eventos, 19 exposições e 17 projetos de pesquisa, além de nove cursos de extensão para professores de 1º e 2º graus".(Relatório de 1989, p.120)

As relações com a Indústria foram organizadas por meio das seguintes atividades: 1) a Feira de Tecnologia, destinada à indústria e à população em geral, apresentando 200 produtos e processos desenvolvidos em seus laboratórios; 2) workshops tecnológicos programados junto com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo(CIESP) e o Instituto Roberto Simonsen, com o propósito de “apresentar ao setor produtivo a capacidade instalada de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, prestação de serviços, cursos de extensão, consultorias e assessorias disponíveis na Universidade” (Relatório do Quatriênio 86-90: 121).

Ainda que nessa gestão tenha-se organizado e ampliado a interação com o setor industrial, o relatório correspondente aos dois primeiros anos (1986-1988) registrou apenas o I Encontro Regional Universidade-Empresa para

Inovação Tecnológica com a participação de 36 representantes do setor. O relatório do quadriênio alertou para as mudanças internacionais sobre a inovação tecnológica e para a necessidade que tem a indústria brasileira de investir em projetos de pesquisa em parceria com a universidade.

“Dos laboratórios da UNICAMP já saíram muitos produtos que hoje se encontram incorporados ao mercado. São eles: a fibra óptica, o sistema trópico de telefonia, instrumentos eletrônicos de precisão, softwares dedicados a uma série de equipamentos da área de engenharia biomédica, bisturi e maçarico a laser, circuitos integrados de diferentes tipos, entre outros. A instalação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás (CPqD), do Centro Tecnológico para a Informática (CTI) e a criação do pólo de tecnologia industrial ao lado do Campus da UNICAMP revelam por si só a importância da instituição para o setor científico e industrial do País”. (Relatório do Quadriênio 1986-1990, p. 112.

As relações com as prefeituras, adquiriram destaque nessa gestão, sendo qualificadas como “atividades mais diretamente ligadas ao atendimento de necessidades da população” (pág. 113). Essas relações aconteceram por meio da Feira de Produtos e Serviços, dedicada aos municípios paulistas, contando com a presença de 300 Prefeitos do Estado. O Protótipo de Habitação Popular, o Sistema de Esgoto Eletrolítico, a Cadeira Odontológica

Simplificada, o modelo Unicamp de Parque Ecológico e os programas de alimentação, foram as áreas de maior interesse, gerando numerosos convênios com base nesses serviços ou programas. Dentre os convênios destacam-se o realizado com um consórcio de 16 municípios da região de São João de Boa Vista, visando a instalação do hospital regional de Divinolândia, no qual a Universidade participou em todas suas fases de implantação (desde os planos da construção até a organização dos centros de saúde da região).

No referente aos serviços da saúde destaca-se a) a manutenção do atendimento no Hospital de Clínicas (inaugurado no início de 1986) e que oferece serviços assistenciais para uma região de 90 municípios com uma população de quatro milhões de pessoas; b) o Centro de assistência Integral à Mulher; c) o atendimento odontológico da FOP de Piracicaba; d) o centro de Reabilitação “Gabriel Porto” para crianças portadoras de deficiência sensorial e síndrome de Down; e) o Hemocentro, criado em 1985 com o objetivo de prestar serviços nas áreas hematológica e hemoterapica; f) o Projeto AIDS que atuou na área da informação sobre essa doença através de palestras, folhetos, cartazes e serviço de informação pelo telefone, e g) o Serviço de atendimento oftalmológico com os programas de prevenção de cegueira e erradicação da catarata.

A implantação da Pró-Reitoria de Extensão, da Escola de Extensão que sistematizou os cursos oferecidos pelas 19 unidades da Universidade, assim como a ênfase dada à política cultural, aos convênios com os municípios e às campanhas de saúde, são expressões de uma nova concepção de extensão, caracterizada pela articulação da universidade com as necessidades da população regional (por meio da estrutura municipal).

No relatório da gestão do Reitor Carlos Vogt (1990-1994) retomam-se as prioridades que historicamente a Universidade mantém com o meio social. Os serviços de atendimento ao público na área da saúde e, de maneira especial, as relações com a indústria:

“Nesse aspecto, ressalta-se o papel fundamental da pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, responsável pela operacionalização e dinamização de instrumentos novos de aproximação com a sociedade como o Escritório de Transferência de Tecnologia, a Escola de Extensão e o Centro de Qualidade e Certificação” (Relatório do Quatriênio 1990-94: 137)

A própria organização do relatório expressa essa retomada das prioridades da saúde e as relações com a indústria (itens A e B), aparecendo em terceiro lugar os serviços culturais.

Nos serviços da saúde destacam as atividades organizadas em 7 programas: 1) o Hospital das Clínicas apontado como centro de referência regional (que conta com uma população de aproximadamente 5 milhões de pessoas). Destaca-se a modernização, informatização e renovação do parque de equipamento médico-hospitalar em alguns setores como a Unidade de Transplante de Medula Óssea, o Centro Oftalmológico e o Centro Cirúrgico Ambulatorial; 2) o Centro de Assistência Integral à Mulher (CAISM) que ampliou em 30% seu atendimento em relação ao período anterior. 3) Expansão dos serviços do Hemocentro com a construção de seu edifício sede; 4) a criação do Gastrocentro com apoio da Japan International Cooperative Agency (JICA) 5) o Centro de Reabilitação "Gabriel Porto", ampliou o número de pesquisas (15 novos projetos de alunos de pós-graduação) 6) o Centro Integrado de Pesquisas Onco-Hematológicas da Infância (Cipoi) implementou novos programas no campo da hematologia pediátrica; 7) foi criado o Centro de Oftalmologia de Treinamento e Referência, ampliando o atendimento nos setores assistenciais do Hospital das Clínicas e passando a realizar 4.500 consultas mensais e “beneficiando amplas faixas da população de baixa renda” (pág.147); 8) destaca-se também o atendimento da Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP).

As relações com a Indústria aconteceram por meio das seguintes atividades:

1) a criação do Escritório de Transferências de Tecnologia (ETT).

“A UNICAMP, que já realizou no ano passado uma feira de Tecnologia e workshops direcionados para o público empresarial, reunindo cerca de 400 empresários de diferentes áreas, saiu da retórica e deu início a um programa substantivo de aproximação com o setor produtivo. Esse trabalho se consolidará agora com a criação muito em breve de um Escritório de Transferência de tecnologia, o primeiro do gênero no País”. (Entrevista concedida pelo Reitor Carlos Votg ao Professor Pedro Goergem, Ed. Bras. Brasília, 12 (24): 27-36, 1o sem. 1990)

O Escritório de Transferência de Tecnologia foi instalado em outubro de 1990, tendo como objetivo “estabelecer uma ponte sólida e viável entre a produção tecnológica gerada na Universidade e o setor de produção de bens e serviços” (relatório do biênio, 1990-1992:148). Destacam-se os setores de máquinas agrícolas, cerâmica, farmacêutico e tecnologia em plásticos e os convênios firmados com a Rhodia que significou a Transferência para o Centro Multidisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas (CPQBA) de dois laboratórios completos de fitoquímica e de farmacologia.

2) a criação do Instituto Universidade - Empresa (UNIEMP), instalado em 1991, em São Paulo, com o objetivo de intermediar e facilitar as relações entre o empresariado e os centros universitários de produção tecnológica;

3) a criação do centro de Qualidade e Certificação (CQC), instalado em 1991 com a parceria da IBM e do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD) da Telebrás: “visa a formação de recursos humanos, a divulgação e a implementação de tecnologia da qualidade e da produtividade nas empresas”. (Relatório do Biênio 90-92: 83). complementando esses novos instrumentos de aproximação da Universidade e o setor produtivo foram também instalados, 4) o Centro de Excelência em Qualidade (CEQ) em colaboração com a IBM com o objetivo de desenvolver recursos humanos na área da qualidade e foi implantado o Mestrado em Qualidade Industrial; 5) o Centro de Tecnologia de Plásticos (CTP); 6) o Centro de Eficiência e Prospeção em Análise de Dados Comerciais para atender a necessidades surgidas com a introdução das redes de *trade points* em Campinas e 6) a criação da Incubadora de Empresas em colaboração com a da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia.

Dentre os Serviços Culturais destacam-se as seguintes atividades: a) a constituição do CONEX (Conselho dos Cursos de Extensão) integrado pelos representantes das diversas unidades para avaliar e regulamentar os cursos de

Extensão; b) a política de memória que integra as atividades do Arquivo Central (SIARQ), do Centro de Memória, do Arquivo Edgard Leuenroth e do Centro de Documentação de Música Contemporânea; c) a criação do Laboratório de Jornalismo (Labjor); d) a criação do Colégio de Altos Estudos Internacionais e e) a TV Universidade que organizou a série “Brasil Pensa” veiculado em rede nacional pela TV Cultura de São Paulo.

Podemos entender que durante o período 90-94, houve, por parte da reitoria um destaque especial ao estreitamento dos vínculos universidade-empresa, seguido do interesse pelos programas de saúde e de maneira geral pela continuidade dos programas de extensão estabelecidos nas anteriores gestões.

5. Compromissos e descompromissos da extensão universitária

Depois de apresentar o desenvolvimento das atividades de extensão ao longo dos vários períodos de crescimento da Universidade, pretendemos destacar as concepções da relações universidade-sociedade que aparecem nos documentos consultados e que definem as prioridades atendidas pela política de extensão.

Na concepção de sociedade parece prevalecer uma visão homogênea e generalista, pois raramente se expressa a diferenciação de segmentos, setores ou classes sociais. A sociedade é representada pelos setores privilegiados com os quais a universidade tem estabelecido suas relações, isto é, pelo setor produtivo, segundo o discurso explicitado nos documentos. Em algumas oportunidades fala-se de setores populares ou carentes para justificar alguns serviços assistenciais, como, por exemplo, a expressão “beneficiando amplas faixas da população de baixa renda” (Relatório do quadriênio 90-94:147). Quando se apresenta a oportunidade dessa diferenciação toma-se como falácia. Apresentamos como exemplo desse discurso a entrevista dos Reitores Paulo Renato Souza e Carlos Vogt concedida a Pedro Goergen (1990), na qual, como resposta à pergunta sobre o relacionamento da UNICAMP com o setor produtivo, sobre o efeitos negativos desse relacionamento e sobre a possibilidade de honrar os compromissos com os interesses sociais mais amplos, Paulo Renato considera a expressão “interesses sociais mais amplos” como um clichê inoportuno e evasivo e reafirma que “O setor produtivo é uma parcela importante de nossa sociedade, tanto no privado como no Estatal” (pág. 34). Reconhece que historicamente a interação com o setor industrial aconteceu na forma de prestação de serviços, no início, dando maior ênfase ao setor público e ampliado, posteriormente, ao setor privado. “Hoje um bom número de

empresas procuram a UNICAMP visando outras modalidades de cooperação, inclusive para desenvolvimentos tecnológicos conjuntos”(pág. 31) e fazendo referência às pesquisas com aplicabilidade social (laser, fibra ótica, nutrição , chip e casa populares), afirma:

“No caso das pesquisas que para chegarem à população precisam passar antes pelo processo industrial, não há outro modo de lhes dar terminalidade senão entregando-as aos cuidados do setor produtivo” (pág. 32).

Expressa-se esse compromisso, em primeiro lugar, com o setor produtivo que lhe dará aplicabilidade social à pesquisa. Parece que, nesses casos, não se justifica uma relação direta com os setores mais amplos da população com os quais não haveria interesse para estabelecer algum tipo de comunicação ou cooperação, a não ser a mediada pelos setores industriais.

Nesse mesmo sentido, o ex-reitor Vogt não somente coloca o relacionamento com o setor produtivo como mediador e motivador para a geração da pesquisa e da formação de recursos humanos, mas advoga por um relacionamento com base em critérios éticos de honestidade e competência:

“Deve, portanto, a universidade aceitar as exigências e limitações que a vida empresarial impõe, e a empresa, entender a liberdade inerente, fundamental e necessária que o meio universitário precisa ter,

para que o processo inovador possa ser bem gerado e produza efeitos multiplicadores relevantes”(p.39)

Não seria esse relacionamento da UNICAMP com o setor industrial, como aponta Durham (1990), uma nova função que a Universidade vem adquirindo?

“Considerando essas perspectivas do ponto de vista global da Universidade, é necessário enfatizar que a aproximação com o setor produtivo consiste na absorção, por parte da Universidade, de uma nova função. Isso quer dizer que ela não pode se transformar na função central da Universidade, prejudicando sua vocação tradicional que inclui o ensino e a pesquisa pura.” (p.50)

Entendemos que a autora está se referindo a uma nova concepção da função de extensão, diferente da função de extensão que foi entendida historicamente, em nível da América Latina (ver por exemplo o espírito da Reforma de Córdoba e da criação da UNE) e que motivou muitos dos programas organizados por professores e estudantes antes da intervenção militar de 1964. Essa mudança de concepção ou “nova função” corresponde ao relacionamento que em certa forma privilegia os interesses do capital e

secundariza os setores populares⁷. Sem dúvida, temos aqui uma mudança na concepção de extensão, assumida pela UNICAMP desde sua instalação e que tem explicação no contexto da conjuntura na qual se constituiu e se desenvolveu, isto é, atrelada à Reforma Universitária de 68 e dirigida por um “homem de confiança” dos militares. Mesmo o programa de cunho popular e de assistência às regiões marginalizadas como o “Projeto Rondon” seguiu as diretrizes de uma política de governo delineada pelos interesses da expansão do capitalismo e da industrialização do país. Quando esse projeto foi desativado, no contexto da abertura política, a Universidade não apresentou nenhuma iniciativa própria para substituí-lo⁸.

As atividades de assistência à saúde, mediadas pelos convênios com o INAMPS e pelas Secretarias da Saúde do Estado e dos municípios da região,

⁷ As mudanças das concepções de extensão no contexto do golpe militar de 1964 são assim registradas por Germano (1993): “A ordem era desmobilizar, integrar os estudantes no processo de desenvolvimento... Ora, à medida que os sucessivos governos militares tornaram impossível a participação política e social organizada dos estudantes através da repressão da UNE, do fechamentos dos movimentos e campanhas de educação e cultura popular e mesmo das mobilizações públicas, como as passeatas, era preciso encontrar um sucedâneo para canalizar as energias dos jovens e ‘possibilitar um contacto direto com os problemas do país’. Esses programas (CRUTAG e Projeto Rondon (1967) foram controlados por autoridades governamentais e mesmo das Forças Armadas. “Longe de estimular o exercício da crítica social, tais programas procuravam, ao contrário combater a ‘subversão’ reintroduzir o denominado desenvolvimento de comunidades e levar adiante uma prática paternalista e caritativa de assistência as populações ditas ‘carentes’ (1993:136). Do ponto de vista ideológico, esses programas assumiam frequentemente um tom nacionalista - ‘integrar para não entregar era o lema do ‘Projeto Rondon’ (1993: 137).

⁸ “O projeto extensionista dos governos militares floresceu no auge do autoritarismo (1967-1974) e começa a entrar em declínio na segunda metade da década de 70 (...), o Projeto Rondon por sua vez, com a crise econômica e com a crise de legitimidade do Estado, teve deslocada a sua atuação para as periferias das grandes cidades e acabou sendo extinto pelo Governo da chamada ‘Nova República’”(Germano, 1993:138).

podem ser entendidos dentro de uma concepção de prestação de serviços à comunidade. A ampliação desses serviços a setores populares relacionam-se com uma política social destinada aos carentes. Essa política intensificou-se durante os Governos de Geisel (1974-1978) e Figueiredo (1979-1985), visando atender as populações socialmente “vulneráveis” e corrigir as desigualdades sociais⁹.

Na interpretação das repostas dos Reitores a Pedro Goergen aponta-se o relacionamento da Universidade com o setor produtivo como critério definidor do objetivo primeiro da instituição universidade, a qual se define como a *formação de recursos humanos*. Nessas respostas não apenas se reafirma essa compreensão da função de extensão, mas redimensiona-se a influência do setor empresarial de tal maneira, que, a concepção de extensão pode ser interpretada como emergindo do setor produtivo em direção à universidade, em razão da enorme influência que o setor empresarial exerce¹⁰.

⁹ No contexto nacional tanto no período de distensão (Geisel) como de abertura (Figueiredo) tomaram-se medidas para garantir a continuidade das estruturas montadas pela “revolução” de 64 e manter a estabilidade política. Dentre dessas medidas destaca-se a atenção aos mais carentes por meio da expansão de serviços de saúde da qual participam as universidades com os convênios com o Ministério da Saúde. Essa Política favorece o crescimento dos serviços de extensão da UNICAMP nessa área.

¹⁰ Os serviços de extensão são entendidos como um retorno da universidade à sociedade. A seguinte citação assim o expressa: “Os recursos materiais da universidade não são produzidos diretamente por ela. Eles provêm da comunidade e a ela devem ser devolvidos não apenas mediatamente, pela formação de profissionais, mas, também, imediatamente, pela prestação de serviços e pela manutenção de cursos de extensão em todos os níveis” (Relatório de 1969, p.3)

Tal concepção das relações universidade e empresa parece dar outra interpretação ou superar o sentido exposto nas normas da UNICAMP sobre extensão e no discurso de seus fundadores que definem a extensão da universidade em direção à “comunidade”: “Estender à comunidade os seus recursos, a técnica, a cultura e os resultados de suas pesquisas” (Relatório 1969 p.1). “A universidade abster-se-á de instituir cursos ou serviços de extensão que não possam definir-se como prolongamento de setor já instalado e em funcionamento para as atividades de ensino e de pesquisa”(Regimento Geral, Artigo 71, Parágrafo único).

Caberia perguntar, se, além de determinar o objetivo primeiro de *formação de recursos humanos*, e de definir prioridades para o apoio à pesquisa, alguns programas criados como serviços de extensão no campo da relação da universidade e o setor produtivo fugiriam ao sentido do Regimento Interno da Universidade, quando, nas parcerias, os interesses do setor empresarial apontaram para a instalação de “instrumentos novos de aproximação com a sociedade”, como, por exemplo, o Escritório de Transferência de Tecnologia, o Centro de Excelência em Qualidade, de Tecnologia de Plásticos de Incubadora de Empresas, etc.

De igual forma, no contexto de definição de prioridades e de ampliação de novas atividades no campo da extensão, caberia perguntar o porquê do abandono de programas como os convênios junto à Secretaria de Educação do Estado (CENP) ou o porquê da diminuição da importância de programas “populares” de divulgação científica, como os organizados pelo Núcleo para a Melhoria do Ensino da Ciência, ou ainda o porquê da suspensão de vários convênios com as Prefeituras Municipais.

A organização dos cursos de extensão expressa também uma prioridade pelas necessidades do setor industrial. Nas primeiras gestões, os objetivos desses cursos foram assim formulados:

"Os cursos de extensão universitária visam difundir conhecimentos e técnicas de trabalho para elevar a eficiência e os padrões culturais da comunidade. A UNICAMP promove, quanto possível, a extensão das funções universitárias, tendo em vista as necessidades regionais e as aspirações do meio social em que está inserida. (Relatório de 1979, P.5, Relatório de Plínio Moraes que repete textualmente outros relatórios de Zeferino Vaz)

O registro de numerosos cursos de extensão, a maioria dos quais foi organizado em função das necessidades das indústrias da região, confirma essa prioridade. Os primeiros cursos registrados no relatório de 1968, atenderam 118

alunos do curso de “programação FORTRAN”, o de “Assessores de Indústrias” - 25 alunos, pág 5)) e os 192 cursos oferecidos em 1994, igualmente atenderam as necessidades do setor produtivo.¹¹

No final deste capítulo, cabe sintetizar assim o desenvolvimento da função de extensão da Universidade.

Na gestão do seu primeiro Reitor, Zeferino Vaz (1966-1977), a extensão foi implantada como prestação de serviços, comprometida com o setor produtivo empresarial e com os programas governamentais de saúde e do “Projeto Rondon”. Posteriormente (no período 1978-85), esses serviços foram ampliados na forma de assessorias aos municípios. A fase de consolidação da terceira função (1986-94) aconteceu com a criação da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, a Escola de Extensão e a ampliação dos serviços, incluindo o setor da cultura, da educação e os convênios diretos com as Prefeituras da região. Entretanto, os seus compromissos com os setores empresariais e os programas de governo continuaram sendo prioritários na sua política de extensão. Cabe também alertar para a necessidade de uma discussão em torno da política das relações universidade e sociedade. Esse

¹¹ Esses dados tomados do Catálogo das Disciplinas de Extensão de 1996, indicam também os seguintes percentuais de cursos: 31% humanas, 19% exatas e 8% biológicas.

debate deve avaliar a herança dos compromissos com o setor empresarial e com os programas assistenciais dos governos, que foram definidores das prioridades da extensão. De igual maneira, deve se considerar a possibilidade do fortalecimento de programas que atendam os interesses dos setores excluídos da sociedade e de desenvolver sua política de extensão com maior grau de independência em relação aos programas oficiais de governo.

CONCLUSÕES

No estudo sobre a extensão universitária tomamos como base a compreensão da universidade na sua inter-relação com a sociedade. De acordo com essa opção, pretendíamos elaborar conhecimentos sobre uma instituição educativa inserindo-a no seu contexto social e buscamos explicar suas funções, assim como suas fases de desenvolvimento, relacionando-a com as necessidades e as dinâmicas da sociedade da qual recebe diversas determinações de ordem econômica, política e social. Entretanto, essas influências não devem ser entendidas num sentido unidirecional como se a instituição fosse apenas uma reprodutora do contexto e da suas circunstâncias, uma vez que a instituição educativa interage com seu meio e contribui para o seu desenvolvimento, possibilitando mudanças ou transformações da sociedade na qual se insere. Nesse sentido, a pesquisa foi desenvolvida tendo como referência para o estudo da extensão o desenvolvimento regional e as influências sócio-econômicas vindas dos projetos de modernização industrial e das mudanças políticas do País.

A passagem de uma época de ditadura militar, na qual a universidade surge, determinada pelos interesses de controle sobre o ensino superior e sobre as atividades dos estudantes, para o período recente de democratização, passando pelos períodos de resistência e de abertura política¹, coloca-se como contexto para compreender as relativas mudanças na política de extensão da Universidade. Algumas gestões apontaram para novas prioridades na definição da política de extensão, como, por exemplo, os serviços prestados aos setores

¹ A respeito consultar ALVES, Maria Helena, 1985.

“mais populares” por meio de convênios diretos com as prefeituras municipais e com a ampliação de uma política cultural de divulgação da pesquisa junto a esses setores, embora os compromissos “históricos” com o setor produtivo empresarial, continuassem presentes.

Dentro do quadro geral da pesquisa destacamos alguns resultados que foram aparecendo durante o estudo e os colocamos como pontos significativos para o debate em torno da extensão universitária e da reflexão das relações da universidade com a sociedade.

1. O desenvolvimento da terceira função na universidade brasileira é recente. Nos seus primórdios a extensão surgiu na forma de atividades esporádicas. Com base na reforma universitária de 1968 algumas universidades assumiram as atividades de extensão como função básica. Dentre essas universidades está a UNICAMP que, antecipando-se à reforma de 68, articulou as atividades assistenciais no campo da saúde e dos convênios com as empresas públicas e com as indústrias da região, como parte significativa de suas atividades juntamente com o ensino e a pesquisa.
2. O compromisso com a proposta governamental (as forças militares que regiam o país) tem sido permanente. A UNICAMP assumiu o “Projeto Rondon” do campus avançado de Cruzeiro do Sul no Estado do Acre. As duas primeiras gestões da Universidade deram significativo apoio a esse projeto, caracterizado como um modelo de extensão integracionista e assistencialista (de acordo com a análise de Saviani) e não comunicativa (segundo expressão de Paulo Freire) em relação aos populações excluídas do desenvolvimento nacional.

3. A manutenção dessa política e o reforço das concepções de sociedade como expressão de uma visão homogeneizadora, predominou no discurso. Nesse discurso a sociedade foi identificada como um setor empresarial, ignorando os diversos setores ou classes que a compõem. Deriva-se daí o compromisso com esse setor com o qual é possível se comunicar (segundo a expressão de Zeferino Vaz) ou estabelecer “modalidades de cooperação” (Souza) ou “negociar” (Vogt), excluindo os outros setores dessa interação.
4. Com a criação da Pró-Reitoria de Extensão e a Escola de Extensão, a universidade colocou a extensão no patamar das outras unidades de ensino e pesquisa, caracterizando-se, assim, uma fase de consolidação dessa terceira função da Universidade.
5. A ampliação da política de extensão para os setores da cultura e da divulgação científica, assim como para a preservação da memória regional e institucional, tem contribuído para a formação de uma nova visão das relações da universidade com a sociedade. Entretanto, as relações com o setor educativo apresentam ações esporádicas e isoladas e expressam a falta de uma política institucional mais clara com as prementes necessidades do setor regional e estadual.
6. A relação da Universidade com a sociedade, na qual se desenvolve, determina a vocação de uma Universidade Regional, que, progressivamente, torna-se Nacional. O compromisso inicial com os interesses do desenvolvimento industrial e com os programas

governamentais continua influenciando a política de extensão. Os programas do setor industrial prevalecem na atuação da Universidade no campo da extensão. Suas ações com as comunidades carentes ou com os setores excluídos do desenvolvimento capitalista são relativamente insignificantes, em relação aos compromissos com os setores controlados pelos grandes capitais.

As anteriores constatações nos levam a sugerir uma retomada das discussões sobre a extensão universitária no contexto da UNICAMP. Por ocasião dos debates em razão da celebração dos 30 anos da sua instalação, é oportuno retomar essa discussão em torno da política das relações entre universidade e sociedade. É preciso rever seus compromissos e, se possível, recolocar suas prioridades no sentido de fortalecer programas que atendam aos interesses dos setores excluídos da sociedade, apontando para a superação das visões assistencialistas que tem orientado alguns serviços nas anteriores etapas de desenvolvimento da extensão universitária. Espera-se que, nessa revisão de sua políticas de extensão, a Universidade defina suas prioridades com maior grau de independência e autonomia em relação aos programas oficiais dos sucessivos governos. Esperamos que os resultados desta pesquisa possam contribuir para essa reflexão.

Espera-se também que esta pesquisa, ultrapassando os limites da experiência da UNICAMP, possa contribuir para a ampliação dos conhecimentos sobre a universidade brasileira e apresentar subsídios para a discussão sobre seus compromissos diante dos desafios que o desenvolvimento da sociedade apresenta no limiar do próximo milênio.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria Zeneide CARNEIRO M. DE. Extensão Universitária: uma terceira função. Campinas: Dissertação (mestrado em Educação) Faculdade de Educação, UNICAMP, 1991.
- ANDRADE, Antonio Cabral de et al. A Universidade e o Desenvolvimento Regional, Fortaleza, Edições UFC, 1980.
- ARENAS LICEA, Judith de. La Extensión Universitaria en América Latina. Sus leyes y reuniones. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1982.
- ALVES, Maria Helena, Estado e Oposição no Brasil, Petrópolis: Vozes, 1985.
- AROUCA, S. Lucila, Educação Extra-Excolar e a Realidade Brasileira: Política Governamental para a Formação de Recursos Humanos, São Paulo: PUCSP, Tese de Doutorado, 1984.
- BAENINGER, Rosana, Espaço e Tempo em Campinas, Migrantes e expansão do polo industrial paulista, Campinas: IFCH, Diisertação de Mestrado, 1992.
- BELLONI, Isaura, Função da Universidade: Notas para reflexão, in C.B.E. Universidade e Educação, Campinas: Papirus: Cedes; São Paulo: Ande, Anped, 1992, pp. 71-78.
- CARNEIRO, Moaci Alves, Extensão Universitária, Versão e Perversões, Rio de Janeiro: Presença e UFPB, 1985.
- CASAS ARGEMOL, Miguel. Estado de la Investigación en la Universidad Latinoamericana. Revista Docencia Post- secundaria, México, v.15, n.1,p.37-59, 1987.
- CHAUÍ, Marilena de S. Ventos de Progreso: a Universidade administrada, in VARIOS, in Descaminhos da Educação pós 68, São Paulo: Brasiliense, 1980. pp. 31-56.

CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Temporã. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

-----, A Universidade Crítica. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

-----, A Universidade Reformada. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

-----, Qual Universidade?. São Paulo, Cortez, 1989.

-----, Diretrizes para o Estudo Histórico do Ensino Superior no Brasil, Forum Educacional, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2,, pp. 3-28, abr-jun. 1981

DIAS SOBRINHO, José Dias(organizador). Avaliação Institucional da UNICAMP: Processo, discussão e resultados. Campinas, SP: UNICAMP, 1994.

-----; BALZAN, Newton César Balzan (Orgs), Avaliação Institucional, teoria e experiências, São Paulo: Cortez, 1995.

DREZE, Jacques; DEBELLE, Jean. Concepções de Universidade. Fortaleza: UFC. 1983.

DURHAM, Eunice R., Avaliação e Relações com o Setor Produtivo: novas tendências no Ensino Superior Europeu, in Educação Brasileira, Brasília, CRUB, v.12, n. 24, 1o sem. 1990. , pp. 37-64.

FAGUNDES, José. Universidade e Compromisso Social: Extensão, Limites e Perspectivas. Campinas: Editora UNICAMP, 1986.

FÁVERO DE A. Maria de L. Da Universidade "Modernizada" à Universidade disciplinada: Atcon e Meira Matos. São Paulo: Cortez, 1991.

-----, A Universidade Brasileira em busca de sua Identidade, Petrópolis: Vozes, 1977.

FERNANDES, Florestan, A Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução, São Paulo: Alfa-ômega, 1977.

FERREIRA, José C. Ensino, pesquisa e extensão no contexto da sociedade. Notas para um debate. Educação Brasileira, Brasília, 1 (1): 59-57, 1978

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.


GASTAL, Alfredo. A universidade e o desenvolvimento social: um paradoxo da elite. Educação brasileira, 1 (1), 1978.

GERMANO, José Willington, Estado Militar e Educação no Brasi (1964-1985), São Paulo: Cortez e Editora UNICAMO, 1993

GOERGEN, Pedro. L. A Articulação entre Universidade e Sociedade. Campinas: UNICAMP, 1984. (mim.)

_____, A universidade, sua Estrutura e Função, in Educação e Sociedade, São Paulo: Cortez e CEDES, n.2, pp. 47-59, jan. 1979.

_____, Entrevistas com os Reitores Paulo Renato Costa Souza e Carlos Vogt da UNICAMP sobre "Cooperação entre Universidade e Indústria" In Educação Brasileira, Brasília, CRUB, v.12, n. 24, 1o sem. 1990. , pp. 29-35.

GURGEL, Roberto Mauro, Extensão Universitária, Comunicação ou Domesticação, São Paulo: Cortes e Autores Associados, 1986. 

HORTA, José Silvério Baia, Expansão do Ensino Superior na Brasil: Mecanismos e Tendências, in Revista Vozes, v. 69, n. 6, agosto de 1975.

IANNI, Otavio. O professor como intelectual: Cultura e Dependência, in VÁRIOS, Universidade, Escola e Formação do Professor, São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 39-44.

_____. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.

_____. O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

_____, Estado e Capitalismo, São Paulo: Brasiliense, 1989.

- KERR, Clark. Os Usos da Universidade. Fortaleza, UFC, 1982.
- KOURGANOFF, Vladimir. A Fase Oculta da Universidade São Paulo: ed. UNESP. 1990.
- LIMA DA SILVA, José E. A Criação da UNICAMP: administração e relações de poder numa perspectiva histórica. Dissertação Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, UNICAMP, 1989.
- MARTINS, Carlos Benedito (org), Ensino Superior Brasileiro: Transformações e Perspectivas, São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MATOS, Odilon Nogueira de, Um pouco de história de Campinas, in Rev. Notícia Bibliográfica e Histórica, Ano, XVII, n. 117, PUC, Campinas, 1985.
- MENEGHEL, Stela M., Zeferino Vaz e sua trajetória na construção de uma Universidade, Campinas, Faculdade de Educação - UNICAMP, Dissertação de mestrado, 1994.
- NEGRI, B. A Interiorização da Indústria Paulista (1920-1980). A Interiorização do Desenvolvimento Econômico de São Paulo (1920-1980), 1988, v. 1, nº 2, Fundação SEADE.
- NEWMAN, Jhon Henry. Naturaleza y Fin de la Educación Universitaria. Madrid, E.P.E., 1946.
- PAIVA, Vanilda. Extensão universitária em Brasil. Nueva Sociedad. San José de Costa Rica, novembro-dezembro, 1974.
- PAOLI, Niuvenius, O princípio da indissociabilidade do ensino e da pesquisa: elementos para uma discussão, in Cadernos Cedes, n. 22, São Paulo: Cortez, 1988, pp. 27-52.
- , Para repensar a universidade e a pós-graduação, Campinas: Ed. UNICAMP, 1985.
- PÉREZ SAN VICENTE, Guadalupe, La extensión Universitaria, México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1979.

- PINTO, Alvaro Vieira, A Questão da Universidade, São Paulo: Cortez, 1986.
- REIS, Renato H. Conceituação da extensão universitária. in Educação Brasileira. Brasília, vi (12): 43-54, I sem. 1974.
- ROCHA, Roberto M.G., As oito Teses Equivocadas sobre Extensão Universitária in ANDRADE, Antonio Cabral de et al. A Universidade e o Desenvolvimento Regional, Fortaleza, Edições UFC, 1980, pp. 216-244.
- RIBEIRO, Darcy. A Universidade Necessária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 4ª ed., 1982.
- SANFELICE, José Luis. Movimiento estudiantil: a UNE na existencia ao golpe de 64. Editora Autores Associados, Cortez Editora, São Paulo, 1986.
- SAVIANI, Dermeval. Extensão Universitária: uma abordagem não extensionista. Educação e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 8, p. 61-73, mar, 1981.
- _____, A universidade e o Ensino in ANDRADE, Antonio Cabral de et al. A Universidade e o Desenvolvimento Regional, Fortaleza, Edições UFC, 1980, pp. 52-72.
- SCHAFF, Adam, História e Verdade, São Paulo, Martins Fontes, 1987
- SCHUARTZMAN, S. CASTRO, C.M., A Pesquisa na Universidade, Campinas, ed. da UNICAMP, 1989.
- SEMEGHINI, Ulysses Cidade, Campinas (1860-1980): Agricultura, industrialização e urbanização, Campinas, Instituto de Economia da UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1988.
- SILVA, Joice Mary A. O ciclo básico da UNICAMP: Projeto, Realidade e Perspectivas, Campinas, FE/UNICAMP, dissertação de Mestrado, 1989.
- SINGER, Paul, Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, São Paulo: Nacional, 1977.

STEGER, Albert, As universidades no desenvolvimento social da América latina, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

SUPER, Jhon c., Los orígenes de la extensión en la universidad latinoamericana, in Universidades, UDUAL, México, año XLIII, Jul-dic, 1993, n. 6, pp 8-17

VAZ, Zeferino, Universidade e Comunicação, in Jornal do Brasil, 30 de julho de 1978

_____, "Serviços diretos à Comunidade" in Receita Brasil, Suplemento da Revista Veja, ano de 1978.

_____, "Cérebros em liberdade, entrevista à Revista Veja, 1976.

VIEIRA, Evaldo, Estado e Miséria no Brasil, de Getúlio a Geisel, 1951 a 1978. São Paulo: Cortez, 1983.

VIEIRA, Sofia Lerche, O discurso sobre a Universidade nos anos 80, Cadernos CEDES, Campinas: CEDES, n.25, pp.75-87, 1991

WANDERLEY, Luiz E. W. O que é Universidade. 4ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985 (col. Primeiros Passos, 91).

WEBER, Max, Sobre a Universidade, São Paulo: Cortez, 1989.

ZIMMERMANN, Gustavo; SEMEGHINI, Ulysses, "Campinas", in Relatório Final da Pesquisa: "Explosão Urbana e Demandas Sociais no Estado de São Paulo, Campinas, 1988, mimeo.

Relação de fontes e Documentos

Relatórios das Reitorias

Ano	Reitor	pp	observações
1966	Comissão Organizadora	30	cópia mimeo, 01 espaço
1968	Zeferino Vaz	10	cópia mimeo. 01 espaço
1969	Zeferino Vaz	06	cópia mimeo. 01 espaço
1970	Zeferino Vaz	14	cópia mimeo.
1971	Zeferino Vaz	06	cópia mimeo.
1973	Zeferino Vaz	09	cópia mimeo.
1974	Zeferino Vaz	11	cópia mimeo.
1975	Zeferino Vaz	15	cópia mimeo.
1976	Zeferino Vaz	15	cópia mimeo.
1977	Zeferino Vaz	21	cópia mimeo.
1978	Plínio Alves de Moraes	23	cópia mimeo.
1979	Plínio Alves de Moraes	17	cópia mimeo.
1980	Plínio Alves de Moraes	16	cópia mimeo.
1981	Plínio Alves de Moraes	22	cópia mimeo.
1982	Aristodemo Pinotti	18	cópia mimeo. e impresso
1983	Aristodemo Pinotti	37	cópia mimeo. e impresso
1984	Aristodemo Pinotti	23	cópia mimeo. e impresso
1985	Aristodemo Pinotti	18	cópia mimeo. e impresso
1986-1988	Paulo Renato Costa Souza	132	impresso, relatório do biênio 1986-88
1986-1990	Paulo Renato Costa Souza	132	impresso, relatório do quadriênio 1986-90
1990-1992	Carlos Vogt	84	impresso, relatório do biênio 1990-92
1992-1994	Carlos Vogt	164	impresso, relatório do quadriênio 1990-94

FONTES COMPLEMENTARES

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, UNICAMP, Regimento Geral da Universidade Estadual de Campinas, Campinas: UNICAMP, 1984.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, LEI No 8.727 de 28 de abril de 1965, Criação da Faculdade de Agronomia, integrando a Universidade de Campinas. Diário Oficial, 29/03/65, P. 18.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, DECRETO No 46.491, de 19 de julho de 1966, sobre desapropriação de imóvel para a instalação da UNICAMP, Diário Oficial 21/07/66, p. 168.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Projeto de LEI No 814, de 1962, Mensagem n. 163 do Sr. Governador do Estado, São Paulo, 24 de julho de 1962.

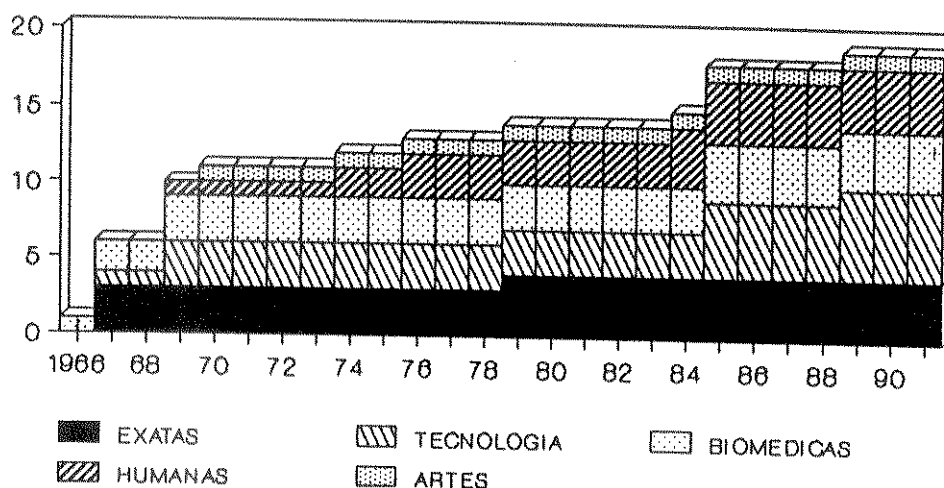
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Projeto de LEI No 1.021, de 1958, criação da Faculdade de Medicina e de seu Hospital de Clínicas de Campinas, 11 de junho de 1958.

UNICAMP, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, Escritório de Transferência de Tecnologia, Catálogo de Produtos, Processos e Serviços, Campinas, UNICAMP, 1995.

UNICAMP, Pró-Reitoria de Pesquisa, Anuário Estatístico da UNICAMP, 1992,

ANEXOS

I. UNICAMP: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE UNIDADES ACADÊMICAS



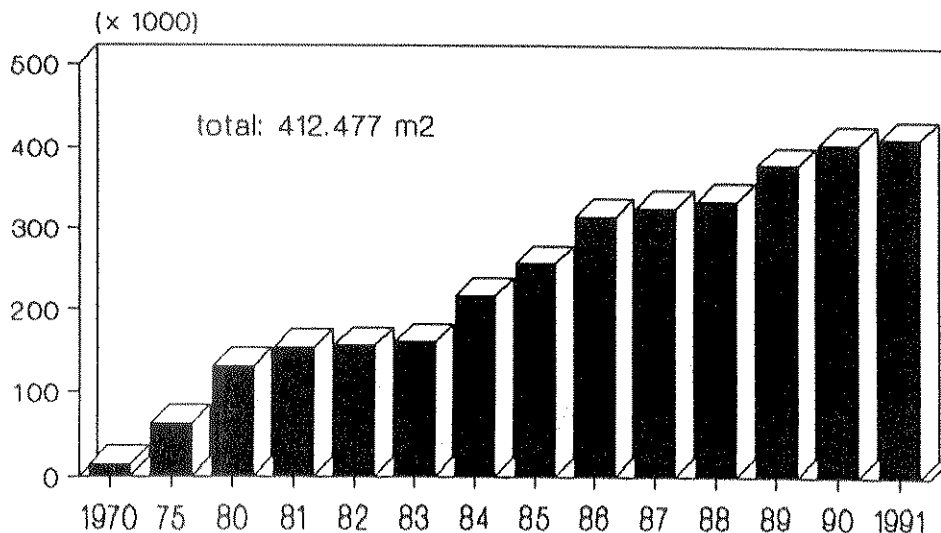
O projeto de instalação da UNICAMP veio responder à demanda crescente por pessoal qualificado numa região do Brasil - o Estado de São Paulo - que, já nos anos 60, detinha cerca de 40% da capacidade industrial do país e 24% de sua população ativa. Até então, o sistema de ensino superior estava voltado para a formação de profissionais liberais solicitados pelo processo de urbanização, como advogados, médicos e engenheiros civis. Necessitava-se de uma universidade que desse ênfase especial à pesquisa tecnológica e mantivesse desde o início sólida vinculação com o setor de produção. Assim, o plano inicial privilegiou os institutos de ciências básicas (Física, Química, Matemática), orientando-os para projetos tecnológicos como lasers, comunicações ópticas e computação. Abriu-se espaço, em seguida, para as carreiras da moderna engenharia - Elétrica, Mecânica, de Alimentos, Química e Agrícola. A área biomédica já estava, a esta altura, solidificada com os cursos de Medicina, Biologia e Odontologia, mais tarde acrescidos do de Educação Física. Os anos 70 viram o desenvolvimento da área de humanas (Filosofia, Ciências Políticas, Economia, Linguística, Literatura) e, finalmente, nos anos 80, o tripé completou-se com o florescimento de cursos no campo da Arte.

A instalação gradativa dessas unidades ao longo de duas décadas não impede, todavia, que elas tenham promanado de um projeto coerente e único. Uma característica peculiar da UNICAMP foi ter escapado à tradição brasileira da justaposição de cursos para a formação, por simples acumulação, de suas universidades. Basta dizer que, antes mesmo de instalada, a UNICAMP já havia atraído para seus quadros mais de 200 professores estrangeiros e cerca de 180 vindos das melhores universidades brasileiras.

Imagine-se um vasto canal assentado sobre uma planície situada entre suaves colinas, a 12 quilômetros de centro urbano de Campinas, segunda cidade do Estado e entre as dez primeiras do país. Neste que era o cenário do campus da UNICAMP há duas décadas e meia, plantam-se hoje 19 unidades de ensino e pesquisa, convivem cerca de 25 mil pessoas e desenvolvem-se mais de 2.000 pesquisas nas mais variadas áreas.

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1992, P.3

2. EVOLUÇÃO DA ÁREA CONSTRUÍDA DA UNICAMP (em m²)



fonte: ESTEC

A maior parte das instalações da UNICAMP encontra-se no Distrito de Barão Geraldo da cidade de Campinas, no campus Cidade Universitária "Zeferino Vaz"; no centro da cidade encontra-se o Colégio Técnico de Campinas (CTC), uma das duas unidades de ensino técnico de 2º grau; também em Campinas, no Distrito de Betel perto do campus principal, está o Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas (CPQBA).

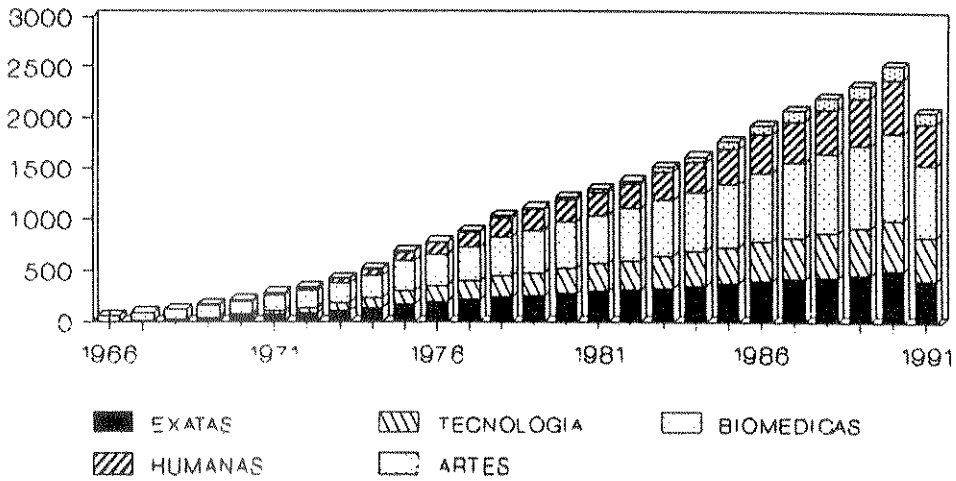
Na cidade de Limeira, o campus existente abriga o Centro Superior de Educação Tecnológica (CESET) onde saem tecnólogos com formação superior, e o Colégio Técnico de Limeira (CTL), a outra unidade de ensino técnico de nível médio (2º grau).

Já na cidade de Piracicaba, funciona a tradicional Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP), uma das mais antigas unidades acadêmicas da Universidade, e que presta vastos serviços à população da região.

Ano	Área construída (m ²)	
1970	14.484	
1975	62.827	
1980	130.710	
1981	154.104	
1982	155.996	
1983	160.821	
1984	216.763	
1985	256.419	
1986	314.572	<i>os dados a partir de 1986</i>
1987	325.703	<i>foram atualizados, apresentando</i>
1988	334.151	<i>diferenças com os indicados</i>
1989	379.307	<i>no Anuário Estatístico de 1990</i>
1990	405.989	
1991	412.477	

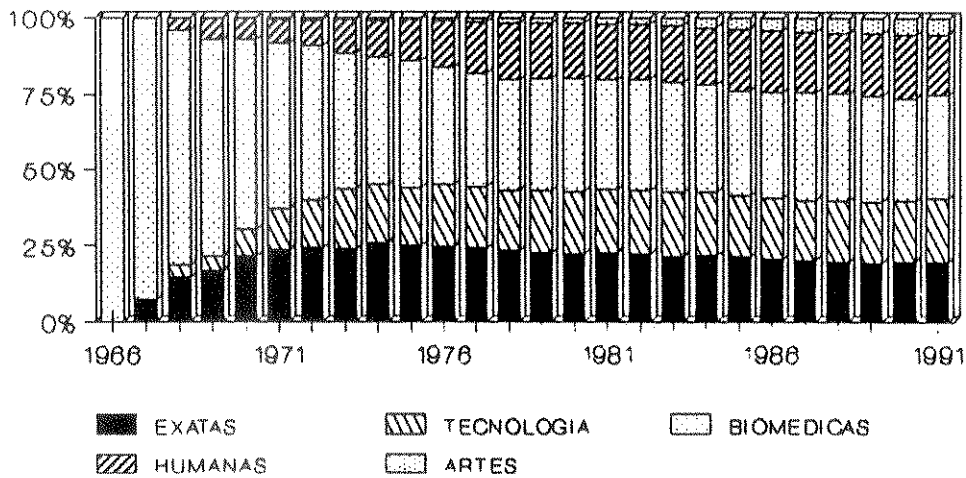
FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO UNICAMP. 1992 p. 158

3. PERFIL DA EVOLUÇÃO DO CORPO DOCENTE



os dados de 1991 consideram só os docentes "em atividade"

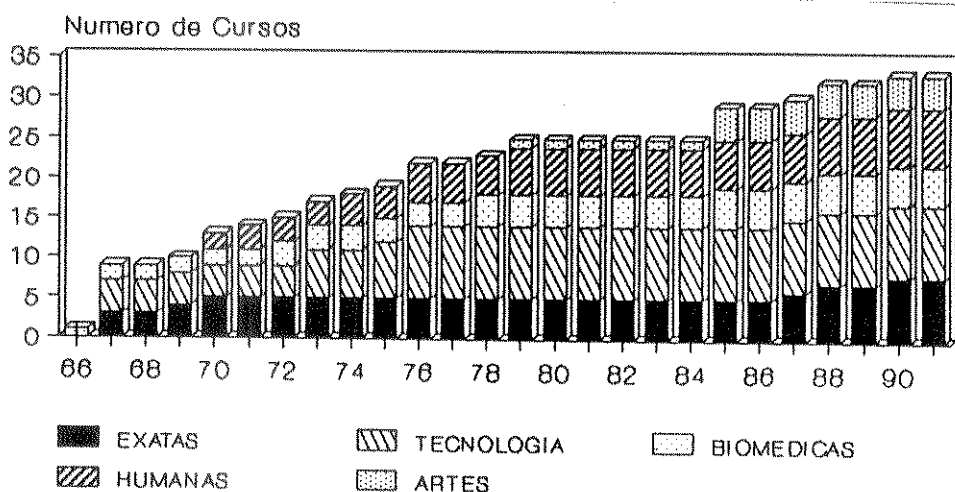
UNICAMP Evolução do corpo docente



Fonte: SIPH - dezembro 1991

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO UNICAMP, 1992 p. 19

4. PERFIL DA EVOLUÇÃO DA GRADUAÇÃO 1966-1991

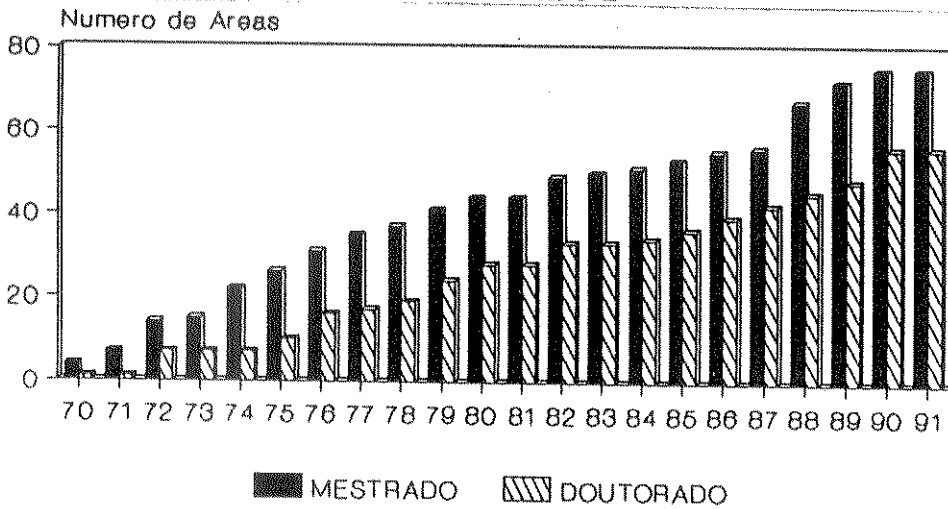


<u>UNIDADE</u>	<u>CURSO</u>	<u>CARATER.</u>	<u>SIGLA</u>	<u>INÍCIO</u>
FCM	Medicina	B,D	MEDIC	04/03/63
IFGW	Física	B,L,D	FISIC	03/04/67
IMECC	Matemática	B,L,D	MATEM	03/04/67
IQ	Química	B,L,D	QUIMI	03/04/67
FEA	Engenharia de Alimentos	B,D	ENALI	03/04/67
FEC	Engenharia Civil	B,D	ENCIV	03/04/67
FEE	Engenharia Elétrica	B,D	ENELE	03/04/67
FEM	Engenharia Mecânica	B,D	ENMEC	03/04/67
FOP	Odontologia	B,D	ODONT	03/04/67
IMECC	Estatística	B,D	ESTAT	04/03/69
IMECC	Ciência da Computação	B	CICOM	01/03/70
IE	Ciências Econômicas	B,D	CIECO	02/03/70
IFCH	Ciências Sociais	B,L,D	CISOC	02/03/70
IB	Ciências Biológicas	B,L,D	CIBIO	01/03/71
IEL	Linguística	B,D	LINGU	01/03/71
FEAGRI	Engenharia Agrícola	B,D	ENAGRI	01/03/73
CESET	Tecnologia Sanitária: Saneamento	T,N	TSa	01/03/73
FE	Pedagogia	L,D,N	PEDAG	01/03/74
FEQ	Engenharia Química	B,D	ENQUI	02/03/75
CESET	Tecnologia da Construção Civil: Edifícios	T,N	TEd	02/02/76
CESET	Tecnologia da Construção Civil: Obr. de Solo	T,N	TOs	02/02/76
IFCH	História	B,L,D	HISTO	04/03/76
FCM	Enfermagem	B,L,D	ENFER	01/03/78
IEL	Letras	B,L,D	LETRA	01/03/79
IA	Música	B,L,D	MUSIC	05/03/79
IA	Educação Artística	B,L,D	EDART	01/03/85
FEF	Educação Física	B,L,D	EDFIS	04/03/85
IA	Dança	B,L,D	DANCA	01/08/85
IA	Artes Cênicas	B,D	ARCEN	01/08/85
IMECC	Matemática Aplicada e Computacional	B,D	MATAP	01/03/87
IMECC	Licenciatura em Matemática	L,N	LICMA	01/03/88
IFCH	Filosofia	B,L,D	FILOS	01/03/88
IMECC/FEE	Engenharia de Computação	B,D	ENCOM	01/03/90

B: Bacharelado, L: Licenciatura, T: Curso Superior de Tecnologia, D: Diurno, N: Noturno

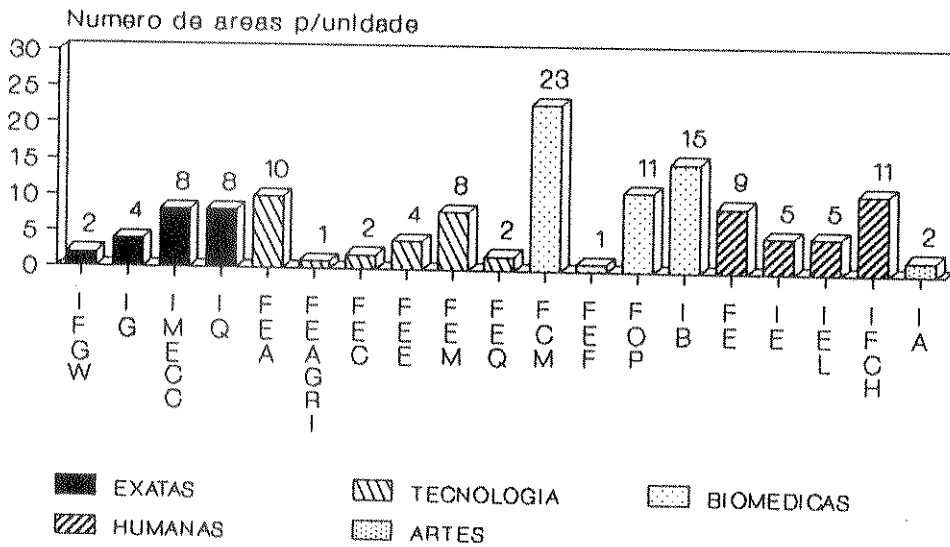
FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO UNICAMP, 1992, P. 54

5. PERFIL DA EVOLUÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO 1970-1991



fonte: PRPG

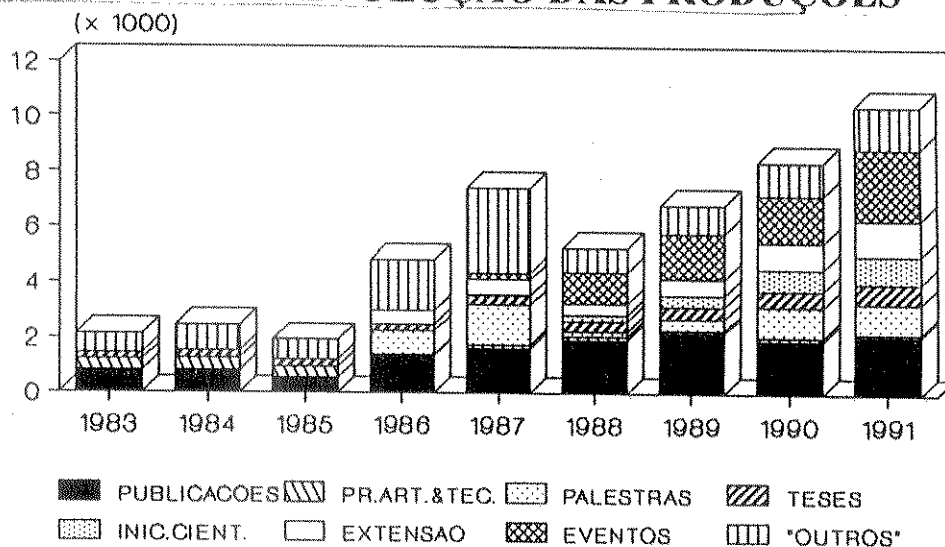
Áreas de Pós-Graduação



fonte: PRPG - data base: 1990

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO UNICAMP. 1992. p. 64

6. EVOLUÇÃO DAS PRODUÇÕES



fonte: SIPE

A PESQUISA

1991

As figuras são o resultado de um levantamento preliminar do período 1983-1991. Os itens nos gráficos são indicados a seguir: "publicações" é uma categoria que agrupa *artigos em revistas especializadas* (de circulação nacional e internacional), *trabalhos completos publicados em anais de congressos* (nacionais e internacionais), *livros e capítulos de livros*, *artigos em jornal*; "produção artística e tecnológica" indica uma variedade de coisas como: *patentes*, *discos*, *técnicas*, *composições musicais*, etc.; "palestras", indica as palestras, conferências, etc; "teses" são as teses de pós-graduação defendidas; "iniciação científica", são os trabalhos de orientação de alunos de graduação; "extensão" indica cursos de extensão, prestação de serviços, assessorias; "eventos" inclui tanto a organização de eventos como a participação neles (congressos, concertos, exposições, etc.); "outros" indica resumos em anais, relatórios, coletâneas, folhetos, etc.. É importante lembrar que há diferenças de critério e metodológicas nos diversos levantamentos, o que impede uma análise quantitativa; entretanto, permitem se tenha uma visão global da diversidade e da riqueza da criação intelectual da UNICAMP.

Para os anos de 83 a 85 não há diferenciação entre nacional e internacional nos dados fornecidos, e os capítulos de livros estão incluídos com os livros completos. Nos gráficos da página 104, a média por docente foi calculada somando os itens "artigos em revistas", "trabalhos completos em anais", "livros e capítulos de livros" e "artigos em jornal" e dividindo pelo número de docentes da unidade.

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1992. P. 101
UNICAMP.

7. QUADRO DE PUBLICAÇÕES E ATIVIDADES

1983-1991

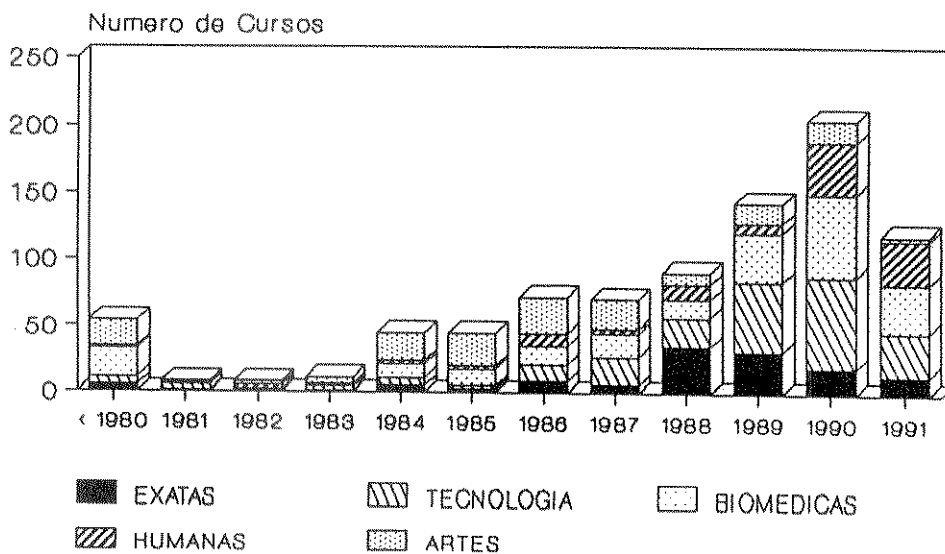
	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	TOTAL
PUBLICAÇÕES	827	797	522	1364(1)	1623(1)	1942	2201	1937	2135	13348
PRODUÇÃO TECNOLÓGICA (2)	372	474	411		5	20	25	12	23	1342
PRODUÇÃO ARTÍSTICA (2)				56	158	144	66	134	77	635
ABSTRACTS (3)				829	1420	180	416	1081	1091	5017
ARTÍCULOS (4)	248	280	293	255	351	354	455	596	740	3572
PRODUÇÃO CIENTÍFICA (3)					15	215	418	787	977	2412
REVISÃO (3)				473	544	438	586	980	1272	4293
EVENTOS (3)				40	260	1115	1670	1670	2589	7344
ARTÍCULOS	687	889	702	1816	3044	882	993	1167	1532	11712
TOTAL	2134	2440	1928	4833	7420	5290	6830	8364	10436	49675
ARTÍCULOS DE PESQUISA (3)				977	1017	1074	1180	1447	1448	
ARTÍCULOS DE PESQUISA (3)				1087	1432	1457	1962	2570	2925	
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (3)						61	129	472	598	
ARTÍCULOS ACADÊMICOS	12	13	16(5)	18	18	18	18	19(6)	19	
ARTÍCULOS E NÚCLEOS (3) que forneceram informações				18	36	22	16	16	15	

Fonte: SIPE

- (1) inclui parcialmente "Eventos"
- (2) "produção técnica e artística" para os anos de 83,84, 85;
sem informação para 1986 de "prod. artística"
- (3) sem informação anos 1983-85
- (4) fonte: DAC, PRPG
- (5) mais HC
- (6) mais CESET, CTC, CTL

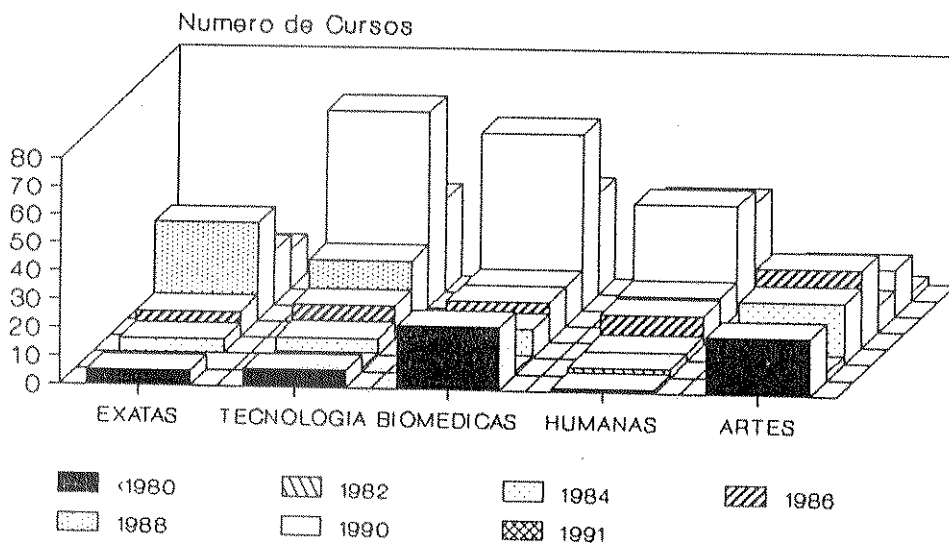
FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO UNICAMP. 1992 P. 158

8. PERFIL DA EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE EXTENSÃO



fonte: PRE / EXTECAMP

UNICAMP Evolução dos Cursos de Extensão



fonte: PRE / EXTECAMP

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO UNICAMP, 1992, P. 120

9. QUADRO DA EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE EXTENSÃO NAS UNIDADES ACADÊMICAS

Número de cursos ministrados por ano

UNIDADE	< 1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	TOTAL
FGW	2	1	-	-	3	3	5	1	10	17	2	1	45
IG	-	-	-	1	1	-	-	-	-	2	9	-	13
IMECC	-	-	-	-	1	-	1	4	9	3	8	13	39
Q	3	-	-	-	-	-	3	1	16	10	-	-	33
EXATAS	5	1	-	1	5	3	9	6	35	32	19	14	130
FEA	2	-	-	-	1	1	-	-	-	5	3	1	13
FEAGRI	-	-	-	-	1	1	1	1	-	6	12	10	32
FECC	1	-	-	1	2	-	1	-	-	1	9	-	15
FECE	-	-	-	-	-	-	8	2	1	13	32	1	57
FEM (*)	5	4	1	2	2	-	2	18	21	27	13	12	107
FEQ (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TECNOLOGIA	8	4	1	3	6	2	12	21	22	52	69	24	224
FECH	8	-	-	1	3	3	2	-	8	35	47	35	142
FEF	-	-	-	-	-	7	11	16	3	-	9	-	46
FEOP	11	-	1	-	4	1	1	-	-	-	-	-	18
FEQ	3	1	-	-	3	2	-	2	3	2	6	1	23
BIOMÉDICAS	22	1	1	1	10	13	14	18	14	37	62	36	229
FEF	-	1	-	-	3	2	8	4	5	7	8	17	55
FEI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FEEL	-	-	-	-	-	-	2	-	6	-	28	16	52
FEFCH	1	-	3	1	-	-	-	-	-	-	2	-	7
CIÊNCIAS HUMANAS	1	1	3	1	3	2	10	4	11	7	38	33	114
FEA	20	1	3	5	21	25	27	22	9	15	16	3	167
FEARTES	20	1	3	5	21	25	27	22	9	15	16	3	167
TOTAL	56	8	8	11	45	45	72	71	91	143	204	110	864

Fonte: PRE

ANUÁRIO ESTATÍSTICO UNICAMP, 1992, P. 172

(*) FEM + FEQ até 1989

10. NÚCLEOS E CENTROS INTERDISCIPLINARES

Gestão Pinotti	Gestão Souza	Gestão Vogt
1) Centro de Controle de Intoxicações	-----	-----
2) Centro de Estudos sobre América Latina e Caribe	Núcleo de estudos Regionais	-----
3) Núcleo de Comunicação Sonora;	Núcleo Interdisciplinar de Comunicação Sonora	Núcleo de Comunicação Sonora (Nics);
4) Núcleo de Ecologia Humana;	Estudos e Pesquisas Ambientais	Estudos e Pesquisas Ambientais
5) Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alimentação;	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação;	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação
6) Núcleo de Estudos em Políticas Públicas;	Núcleo de Estudos em Políticas Públicas	Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEPP)
7) Núcleo de Estudos em população;	Núcleo de estudos em População	Núcleo de estudos em População (Nepo)
8) Núcleo de Informática Aplicada à Educação	Núcleo de informática Aplicada à Educação	Núcleo de Informática Aplicada à Educação (Nied)
9) Núcleo de Informática Biomédica;	-----	Núcleo de Informática Biomédica (NIB)
10) Núcleo de Integração e Difusão Cultural;	Núcleo de Integração e Difusão Cultural;	-----
11) Núcleo para a Melhoria do Ensino de Ciências;	Núcleo para Melhoria do Ensino da Ciência	Núcleo I. para a Melhoria do Ensino da Ciência (Nimec)
12) Núcleo de Política Científica e Tecnológica	Núcleo de Política Científica e Tecnológica.	Núcleo de Política Científica e Tecnológica (NPCT)
13) Parque Ecológico	-----	-----
14) Núcleo de Estudos Psicológicos;	Núcleo de estudos Psicológicos	Núcleo de Estudos Psicológicos (NEP)

15) Núcleo de Energia;	Núcleo de energia	Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético (Nipe)
16) Núcleo de Estudos em Saúde	-----	-----
17) Núcleo de Estudos em Automação Industrial;	Núcleo de estudos em Automação industrial	-----
18) Centro de Engenharia Biomédica;	-----	-----
19) Centro de Controle de Câncer Ginecológico	-----	-----
20) Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher;	-----	-----
21) Centro de Pesquisas Agrícolas	Centro de Ensino e Pesquisa em Agricultura	Centro de Ensino e Pesquisa em Agricultura (Cepagri)
	22) Centro de Memória	Centro de Memória
	23) Núcleo de desenvolvimento da Criatividade	Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade (Nucredi);
	24) Núcleo de Estudos Constitucionais	Núcleo de Estudos Constitucionais(NEC)
	25) Núcleo de Estudos estratégicos	Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE)
	26) Núcleo de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais	Núcleo de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais (Nucate)
	27) Centro de Apoio à Tecnologia de Ensino em Engenharia	-----
	28) Núcleo de Estudos em Direito Educacional	-----
	29) Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informática	-----
	30) Núcleo de Estudos	-----

Arqueológicos.

31) Centro de Estudos de
Opinião Pública (Cesop)

32) Laboratório Unicamp de
Movimento e Expressão
(Lume)

33) Centro de Estudos de
Gênero "Pagu".

TOTAL: 21

23

20